



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

ACTA NÚMERO CINCO

ACTA DA 3.ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA REALIZADA NO DIA TRINTA DE JUNHO DE DOIS MIL E DEZ. -----

----- Ao trigésimo dia do mês de Junho de dois mil e dez, pelas vinte e uma horas e cinquenta minutos, no Auditório da Junta de Freguesia de Vila Nova da Telha, sito na Rua da Igreja número dez, reuniu a Assembleia Municipal, na sua 3.ª Sessão Ordinária, convocada pelo seu Presidente, Luciano da Silva Gomes, em edital datado de um de Junho de dois mil e dez e com a seguinte: -----

ORDEM DE TRABALHOS: -----

- 1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA, DE ACORDO COM O ESTIPULADO PELO ART.º 39 DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL;--**
- 2. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO, DE ACORDO COM O ESTIPULADO PELO ART.º 40.º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL;**
- 3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----
 - 3. 1. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DAS ACTAS N.ºS 2, 3 E 4/2010;** -----
 - 3. 2. INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL. [(ALÍNEA E)) DO N.º 1 DO ART.º 5.º DO REGIMENTO];** -----
 - 3. 3. MEDIDAS PREVENTIVAS DO AEROPORTO FRANCISCO SÁ CARNEIRO; --**
 - 3. 4. INFORMAÇÃO ACERCA DA CONSTITUIÇÃO DA “ÁGUAS DO NOROESTE”, S.A. (PARA CONHECIMENTO).** -----

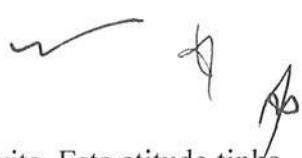
1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, LUCIANO DA SILVA GOMES, iniciou os trabalhos com uma saudação a todos os presentes, e, de uma forma especial, à população da Freguesia de Vila Nova da Telha, que estava presente em grande número para assistir à realização da reunião descentralizada da Assembleia Municipal. Agradeceu ao

Executivo da Junta de Freguesia de Vila Nova da Telha, de forma especial ao seu Presidente, Senhor Floriano de Pinho Gonçalves, a cedência das excelentes instalações, bem como toda a logística e a disponibilização de colaboradores para que a sessão decorresse da melhor forma. Pediu aos Cidadãos presentes e interessados em intervir no Período de Intervenção do Público, para fazerem a sua inscrição prévia, preenchendo o impresso próprio. Pediu a todos os Senhores Deputados para, no Período de Antes da Ordem do Dia, cumprirem o tempo regimentalmente atribuído – uma hora. A Senhora Deputada Alcinda Márcia Oliveira Guedes da Silva pediu a suspensão do mandato até 31 de Dezembro de 2010, tendo sido substituída pelo elemento seguinte da lista de candidatura da CDU, o Senhor Pedro Miguel Neves Ferreira, que depois de identificado, tomou o lugar na sua bancada. Por ausência do país, o Senhor Deputado Hugo Alexandre da Silva Maia, do PSD, pediu a sua substituição para a presente sessão, tendo sido substituído pelo Senhor Armindo Ferreira Moreira, já anteriormente identificado. Os documentos comprovativos destas substituições fazem parte integrante da acta como **documentos 1 e 2**, respectivamente. Verificadas as presenças constatou-se as ausências dos Senhores Deputados José Torres de Sousa Dias e Lúcia Paula dos Santos Silva Pereira Branco, e, ao abrigo da alínea c), do ponto 1, do artigo 38.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o Senhor Presidente da Junta da Freguesia da Maia, Carlos dos Santos Teixeira, fez-se representar pelo Secretário do seu Executivo, o Senhor Mário Augusto da Costa Ramos. O documento comprovativo desta substituição faz parte integrante da acta como **documento 3**. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA abriu as inscrições para o Período de Antes da Ordem do Dia, tendo-se inscrito e usado da palavra os Senhores Deputados: -----

FLORIANO DE PINHO GONÇALVES que, na qualidade de anfitrião, apresentou uma saudação de boas-vindas a todos os presentes, manifestando ser uma honra poder receber no Auditório da Junta de Freguesia de Vila Nova da Telha, os Senhores Deputados, para realizarem uma sessão descentralizada da Assembleia Municipal, em resposta ao convite



formulado ao Senhor Presidente, a quem agradeceu ter aceite o seu convite. Esta atitude tinha dado a possibilidade à população de Vila Nova da Telha de, por proximidade, poder assistir a uma sessão da Assembleia Municipal. Referiu que, depois uma longa caminhada e de ter ultrapassado com êxito muitas dificuldades, pudera assistir, com muita emoção, à inauguração do Edifício Sede da Junta de Freguesia. Era um local muito bonito que estava ao serviço da população, que deveria ser conhecido e utilizado por todos, pois dispunha de bons espaços para o efeito. De seguida, disse que iria falar sobre oito assuntos de interesse para a sua Freguesia. O primeiro era a necessidade de beneficiação e de colocação de passeios para peões na Rua da Fábrica, uma questão com mais de sete anos, que necessitava de uma solução urgente, por ser uma via de grande tráfego e tornava-se necessário tomar medidas cautelares de prevenção e segurança rodoviária. O segundo relacionava-se com o Estádio Municipal de Pedras Rubras, um recinto desportivo muito bonito, mas que necessitava de ser concluído, nomeadamente uma vedação eficaz. O terceiro relacionava-se com o mau estado de conservação dos jardins e espaços verdes da Freguesia. Tinha conhecimento que a empresa responsável pela sua manutenção tinha entrado em processo de falência e que a Autarquia estava a diligenciar para que a normalidade fosse reposta. Pediu urgência pois, como cidadão, sentia vergonha ao ver o Parque de Quires tão maltratado. O quarto era sobre a colocação em locais inadequados de estaleiros de obras. Lamentou que a Junta de Freguesia não tivesse sido ouvida previamente, pois, se tivesse sido, teria encontrado locais adequados para a instalação de estaleiros de obras. O quinto relacionava-se com o ecoponto existente na Rua 1. Aqui também se verificava a colocação inadequada de uma estrutura ambiental. No meio do passeio e, ainda, impossibilita o acesso ao mesmo de cidadãos portadores de deficiência motora. Há cerca de dois anos, que falta construir a prometida plataforma do ecoponto. O sexto era o velho problema de transportes públicos dos STCP na Freguesia. Já tinha solicitado uma nova linha à STCP que respondera negativamente. Vila Nova da Telha necessitava que os STCP os ajudasse a resolver os problemas de transportes dos seus cidadãos. Apelou à Câmara para o

ajudar. O sétimo era, da mesma forma, um caso antigo. O acesso de utentes à Unidade de Saúde Familiar de Pedras Rubras, localizada na Rua do Divino Salvador, Edifício da Junta de Freguesia, na Vila de Moreira. Os residentes em Vila Nova da Telha para se deslocarem a esta Unidade de Saúde tinham que percorrer uma longa distância e alguns, para evitar um longo percurso, deslocavam-se a pé, através de uma mata que liga a Rua Cruz das Guardieiras à do Divino Salvador. O percurso pelas ruas de acesso é de cerca de 1300 metros, se fosse construída uma nova via de acesso, essa distância seria encurtada para pouco mais de duzentos metros. Seria ganho de tempo e de combustível e, para aqueles que se deslocassem a pé, na maioria idosos, andar mais de dois quilómetros, ida e volta, era um sacrifício, maior ainda para os que tivessem dificuldade de locomoção. O último assunto era a segurança de pessoas e bens na Freguesia. Há anos que tem lutado e feito muitas acções para sensibilizar os responsáveis para resolverem o problema de falta de segurança na sua freguesia e na da Vila de Moreira. Sabia que a Câmara tinha feito muito para que esta zona do Concelho tivesse um Posto da GNR ou uma Esquadra da PSP. Sabia que a GNR, apesar de poucos efectivos, fazia o possível para manter a vigilância. Mas tudo isto era insuficiente. O que era imperioso e urgente era instalar há anos prometida uma unidade de segurança para servir as freguesias de Vila Nova de Telha e Vila de Moreira. Apelou ao Senhor Presidente da Câmara para o ajudar na resolução das questões por ele colocadas. -----

PEDRO MIGUEL NEVES FERREIRA falou sobre a introdução de portagens nas SCUT's, o mau estado de conservação do Torreão de Pedrouços e a ausência de rede de protecção na A3, em Sangemil e em Ardegães, através da leitura do texto que faz parte integrante da acta como **documento 4**. -----

PAULA CRISTINA FERREIRA GUIMARÃES DUARTE iniciou a sua intervenção com uma saudação à população de Vila Nova da Telha e ao seu Presidente pela forma como recebeu os Senhores Deputados, para realizar uma sessão descentralizada da Assembleia Municipal. Um decisão acertada deste Órgão Municipal que, desta forma permitia uma melhor

proximidade com os cidadãos. Elogiou o belo edifício que dispõe de diversos espaços abertos a muitas instituições para a realização de muitas actividades, o que era louvável. De seguida, falou sobre os problemas dos moradores e edifícios do Bairro do Sobreiro, através da leitura do texto que faz parte integrante da acta como **documento 5**. A finalizar, pediu ao Senhor Presidente da Câmara que transmitisse aos moradores da Urbanização do Sobreiro uma palavra de esperança para a resolução dos seus problemas. -----

JOAQUIM MANUEL MARQUES GONÇALVES disse que iria falar sobre três assuntos. O primeiro era o velho problema ambiental provocado pela Siderurgia Nacional. Há dias, tinha assistido a uma notícia num órgão televisivo de comunicação social de que havia um risco de contaminação dos solos, na freguesia de São Pedro da Cova, concelho de Gondomar, provocado pelo armazenamento nas galerias das minas de xisto, do pó proveniente da Siderurgia Nacional. Durante muitos anos, a Siderurgia Nacional não tinha o seu sistema de despoeiramento a funcionar de forma eficaz, pelo que, durante esse período, o pó que emanava da produção de aço era enviado directamente para a atmosfera, o que causou uma forte contestação das populações, tendo obrigado a empresa a instalar um sistema de despoeiramento que recolhesse o pó de forma eficiente. Este pó passou a ser depositado num terreno, dentro do perímetro da fábrica, que, ao longo dos anos, atingiu algumas dezenas de milhares de toneladas. Com a privatização da empresa e a sua venda a empresários estrangeiros, no contrato de compra e venda, o Estado, vendedor da Siderurgia Nacional da Maia, assumiu a responsabilidade de retirar todo o pó depositado dentro das instalações. Mais tarde, esse pó foi efectivamente retirado do local e depositado nas galerias das minas de São Pedro da Cova. Nessa altura, os moradores desta freguesia manifestaram o seu desagrado contra este aterro. A operação de depósito foi suspensa através de uma providência cautelar. A questão que colocava era a de saber se o pó tinha sido retirado na totalidade ou se ainda havia algum na empresa. E, no caso positivo, qual a quantidade. Com a sua privatização, a fábrica continuou a produzir resíduos, que lhe parecia que eram enviados para Espanha. Não sabia se

era ou não verdade; não obstante, não sabia se havia alguma entidade que o controlasse. Gostaria de saber se realmente o pó era enviado para Espanha e qual era a entidade fiscalizadora deste transporte. Temia que continuasse a haver depósito de pó no local, que a ser verdade, iria contaminar os lençóis freáticos circunvizinhos. O segundo assunto relacionava-se com o estacionamento ilegal de viaturas de grandes dimensões – TIR no Concelho. A Câmara Municipal, em 2002, tinha aprovado, por unanimidade, uma postura de trânsito que proibia, em toda a área do concelho da Maia, nos arruamentos sob a jurisdição da Câmara Municipal e nos trechos de estradas nacionais, situados dentro dos limites das povoações, o estacionamento de veículos de comprimento superior a 12 metros, veículos pesados de carga (TIR), reboques e semi-reboques. Esta postura tinha sido presente à Assembleia Municipal, que, da mesma forma, a tinha aprovado por unanimidade. Esta proibição estava devidamente sinalizada nas entradas do nosso Concelho. Não obstante, não era cumprida. Em São Pedro de Fins, nas imediações de duas unidades industriais, a postura era sistematicamente desrespeitada. A GNR não actuava e não fazia patrulhas. Com a sua passagem para a esquadra do Castelo e porque passaram a ter melhores condições, tinha havido a promessa de puderem actuar. O que não acontecia. A Polícia Municipal ainda agia de forma dissuasora. Além deste incumprimento, estas viaturas para poderem aceder às unidades industriais, circulavam em vias estreitas e, dada a sua grande dimensão, destruíam, de uma forma continuada, as vias, os passeios, as varandas e fachadas de casas e outros equipamentos. Os transportadores, sobretudo os de sucata, nada respeitavam. Pediu ao Senhor Presidente da Câmara que solicitasse à Polícia Municipal para, junto dos prevaricadores, fizesse cumprir a postura que a Assembleia Municipal tinha unanimemente aprovado há oito anos. O terceiro assunto estava relacionado com o anterior. Pediu ao Senhor Presidente da Câmara que a Polícia Municipal passasse a estar equipada com equipamento de pagamento automático de multas. Se as multas fossem pagas de imediato, os prevaricadores iriam ter mais cautelas e as transgressões, por certo, iriam diminuir drasticamente. -----

RUI MANUEL MADUREIRA MONTEIRO leu o texto que faz parte integrante da acta como **documento 6**. Após a sua leitura, apresentou e leu dois Votos de Louvor, ao Grupo Desportivo e Cultural de Gueifães e à Associação Atlética de Águas Santas, pelos êxitos desportivos alcançados, que fazem parte integrante da acta como **documentos 7 e 8**, respectivamente. -----

MARCO JOSÉ DUARTE MARTINS falou sobre a contenção de despesas e a redução de transferências de verbas para as Freguesias, através da leitura do texto que faz parte integrante da acta como **documento 9**. -----

JOÃO VELOSO DA SILVA TORRES prescindi. -----

ANTÓNIO FERNANDO GOMES DE OLIVEIRA E SILVA disse que iria abordar dois assuntos: a Urbanização do Sobreiro e os critérios de contenção de despesas da Câmara na redução de transferências de verbas para as Juntas de Freguesia. Sobre o primeiro, esclareceu que era um assunto que, há longos anos, era motivo de preocupação da Autarquia, no sentido de resolver os problemas e as condições de alojamento dos moradores da referida urbanização e que a Assembleia Municipal, desde sempre, vinha acompanhando com muita atenção. Considerou exagerado o alarme social referido pela Senhora Deputada Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte. As condições de habitabilidade dos moradores do Sobreiro careciam de uma resolução, depois de ter falhado o projecto de investimento esperado do Parque Maior. Se o Governo tivesse cumprido o seu prometido programa eleitoral, haveria solução para este problema, pois tinha prometido um novo programa especial de realojamento, para o qual não deu qualquer resposta. Lamentou que, presentemente, o Governo fizesse mais finca-pé nos grandes investimentos e nas grandes obras, em detrimento de obras de cariz social. Dada a impossibilidade do Governo cumprir o que prometera, teria de ser a Câmara Municipal a ter de resolver este problema. Sobre o segundo assunto, contenção de gastos, disse que a crise que assolava o nosso país e os portugueses, provocara um elevado deficit na despesa pública, à qual o Governo tinha apresentado soluções pouco claras no corte e contenção na despesa. No

caso da nossa Autarquia, a Câmara Municipal terá de fazer cortes nos gastos, uma vez que tinha havido uma substancial diminuição de receitas. O Senhor Presidente da Câmara já tinha informado que, por enquanto, não havia necessidade de ser apresentado um orçamento rectificativo. Estranhou a preocupação manifestado pelo Senhor Deputado Marco José Duarte Martins, sobre os critérios adoptados pela Câmara, na redução de verbas a transferir para as Juntas de Freguesia, uma vez que este Senhor Deputado não era Presidente de Junta e, na presente sessão, até ao momento, nenhum Senhor Presidente de Junta tinha falado e manifestado qualquer preocupação sobre este assunto. Talvez já o tivessem feito directamente com a Câmara Municipal. O Governo iria fazer cortes na despesa pública e entre os visados estavam as autarquias. Perguntou ao Senhor Deputado Marco José Duarte Martins se o Governo viesse a cortar nas verbas a transferir para as Juntas de Freguesia, se este Senhor Deputado iria usar da palavra na Assembleia Municipal, para reclamar e protestar contra o actual Governo, pelo facto deste cortar na receita para as Juntas de Freguesia. O equilíbrio das contas do município era algo muito sério que deveria merecer um tratamento oportuno e adequado. -----

MARCO JOSÉ DUARTE MARTINS pediu a palavra para um esclarecimento. Disse que tinha pedido informação à Câmara Municipal e ao seu Presidente, sobre a redução na atribuição de subsídios às Juntas de Freguesia, e não era a bancada do PSD, na Assembleia Municipal, que deveria responder e falar em nome do Senhor Presidente da Câmara. A resposta prestada pelo Senhor Deputado não tinha sido esclarecedora. Lamentou que a falta de argumentação do Executivo se estendesse à bancada do PSD, pois anteriormente vangloriavam-se de ser inovadores perante as dificuldades e agora insistiam em culpabilizar o actual Governo da crise que o país vivia. Pela sua parte, o PS tinha apresentado sugestões concretas e sérias. -----

JOAQUIM MANUEL MARQUES GONÇALVES disse que, se o PS acusara o Senhor Deputado António Fernando Gomes de Oliveira e Silva de falar em nome do Senhor

Presidente da Câmara, o Senhor Deputado Marco José Duarte Martins tinha falado em nome dos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, e pela sua parte, não lhe tinha conferido qualquer procuração ou credenciação para usar da palavra em seu nome. O PS e este Senhor Deputado deveriam preocupar-se com os cortes que o Estado ia fazer às Câmara Municipais, 500 milhões de euros no actual exercício financeiro e, pelos vistos, já tinha dito que no próximo ano, o corte na transferência de receitas, ainda seria pior. Louvou a Câmara Municipal pela forma transparente como estava a gerir as suas contas e pelo facto de ter assumido transferir para as Juntas de Freguesia as verbas que o Estado lhes havia retirado. ----

PAULA CRISTINA FERREIRA GUIMARÃES DUARTE citou o ditado popular em que todos tinham uma segunda encarnação. O Senhor Deputado António Fernando Gomes de Oliveira e Silva seria a segunda encarnação do Senhor Presidente da Câmara, uma vez que este Senhor Deputado pedia, sempre, a palavra para responder aos Senhores Deputados. A bancada do PS quando colocava questões ao Executivo, era do Senhor Presidente da Câmara que aguardava respostas e não do Senhor Deputado António Fernando Gomes de Oliveira e Silva. Pediu a este Senhor Deputado para reflectir sobre este assunto, pois as segundas intervenções eram desnecessárias e pura perda de tempo. Se tal não se tivesse verificado, possivelmente, a Assembleia já deveria estar a ouvir as respostas do Senhor Presidente da Câmara e estas, sim, tinham interesse para todos. -----


ANTÓNIO FERNANDO GOMES DE OLIVEIRA E SILVA pediu a palavra para esclarecer os Senhores Deputados Marco José Duarte Martins e Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte que estariam dispensados de o ouvir sempre que fizessem perguntas ao Senhor Presidente da Câmara. Estes Senhores Deputados tinham feito diversos comentários políticos, não verdadeiros, contra a gestão autárquica e tinham apresentado algumas perguntas. Esclareceu que, sempre que qualquer Senhor Deputado da Oposição criticasse a gestão autárquica do Município, teriam pela sua parte e da sua bancada uma resposta. Não acreditava em encarnações, pois não faziam parte das suas crenças. No que acreditava era na

Assembleia Municipal, que era um órgão que existia para além do Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Deputados do PS, com a sua atitude, estavam a diminuir o valor da Assembleia Municipal, o que o levava a supor que o PS queria, numa provável segunda encarnação, ter membros na Câmara Municipal ou então, na actual encarnação, não conseguiam articular a sua bancada na Assembleia Municipal com os seus Vereadores na Câmara Municipal. Mas este era um problema do PS ao qual estava alheio. -----

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ANTÓNIO GONÇALVES BRAGANÇA FERNANDES, saudou todos os presentes de forma especial os cidadãos de Vila Nova da Telha, presentes na Sessão, em grande número. Começou por informar que a Maia, a partir daquele dia, passou a ter o primeiro edifício com a certificação “LEED GOLD”, pois tinha sido inaugurado o “Sonae Maia Business Center”. Este edifício tinha recebido a certificação LEED de nível Gold, emitido pelo USGBC, uma das mais reconhecidas entidades mundiais de certificação de projectos imobiliários sustentáveis. Era o primeiro edifício na Maia, no país e em toda a península ibérica a atingir tão elevada classificação, premiando desta forma o seu excelente desempenho ambiental. Em resposta às questões que lhe tinham sido colocadas informou o Senhor Deputado Floriano de Pinho Gonçalves que sobre as obras por ele referidas que a Câmara estava a fazer um grande esforço para as acabar. Sobre a Rua da Fábrica, disse que estava em estudo, pois por ser uma via estreita e com muito trânsito automóvel, era difícil conciliar tudo: ter uma faixa de rodagem com a largura necessária para a circulação de veículos nos dois sentidos e, ainda, colocar passadeiras para peões, pelo menos uma, que, em toda a sua extensão, tivesse a largura mínima de 120 centímetros, para que os cidadãos que se locomovessem em cadeira de rodas, igualmente, pudessem passar em segurança. O assunto estava em estudo. Quanto ao cruzamento, este poderia ser resolvido com a colocação de semáforos. A limpeza e manutenção dos espaços verdes era por vezes objecto do surgimento de alguns problemas imprevistos, nomeadamente da falência das empresas que tinham ganho o concurso, que com a sua paragem deixavam os jardins ao abandono. A

Câmara já tinha realizado novos concursos, cuja adjudicação seria presente na próxima reunião do Executivo Municipal, na qual constava a da empresa que iria tratar os espaços verdes em Vila Nova da Telha. Desconhecia a situação dos estaleiros mal colocados e prometeu que iria mandar tratar de resolver o assunto, bem como o caso do ecoponto. O velho problemas dos transportes da STCP, em Vila Nova da Telha, era um assunto que a Câmara há muito tempo vinha diligenciando junto da transportadora. Essa insistência iria continuar até que os cidadãos de Vila Nova da Telha fossem atendidos na sua reivindicação de terem uma linha de autocarro da STCP. A construção de uma via de acesso da Rua Cruz das Guardadeiras à Rua do Divino Salvador de Moreira, era uma necessidade premente, pois iria encurtar, e muito, as deslocações dos residentes de Vila Nova da Telha à Rua do Divino Salvador de Moreira, onde se localiza a Unidade de Saúde Familiar de Pedras Rubras. A dificuldade estava na aquisição dos terrenos, por onde a via irá ser rasgada, pertencente a quatro proprietários que dificultavam a aquisição, tendo obrigado a Câmara ao processo de expropriação. Este processo era moroso e a Lei tinha de ser cumprida. O problema de segurança de pessoas e bens na zona poente do concelho era uma preocupação constante da Câmara, que há décadas vinha solicitando ao Governo a instalação de uma esquadra da PSP ou posto da GNR. Todos sabiam que a Câmara tinha disponibilizado as instalações. Os diversos Governos, ao longo destes anos, vinham protelando o assunto. Há cerca de dois dias, a Câmara Municipal tinha recebido do Ministério da Administração Interna uma informação que dava conta de que o assunto iria ser reponderado. Obviamente, que a Câmara não tinha gostado desta informação e iria reagir em conformidade à mesma. Ao Senhor Deputado Pedro Miguel Neves Ferreira informou que o Torreão em Sangemil, por ele referido, apesar de ser património municipal, não era propriedade da Câmara Municipal, mas, sim, da Caixa Geral de Depósitos, que já tinha sido oficiada pela Câmara Municipal para proceder à reparação dos estragos provocados por um raio que o danificara há cerca de um ano. Sobre as SCUT's, disse que a via alternativa, antiga EN107, já não existia. Por esta razão, a Maia não poderia ser prejudicada com a

introdução de portagens no seu concelho, pois não tinha alternativas de circulação. O Governo não tinha analisado convenientemente a situação. Há muito que lutava contra a introdução de portagens, pois os maiatos mereciam ser tratados de forma diferente. Reunira com os Senhores Deputados na Assembleia da República e todos eles lhe tinham dado razão aos argumentos por ele apresentados. Sobre a situação do Bairro do Sobreiro, referida pela Senhora Deputada Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte, disse que a Câmara apresentara uma candidatura ao Prohabita, que ainda não tinha sido aprovado. Esperava que o fosse para tentar minorar os problemas existentes, que não eram tantas as queixas como as que a Senhora Deputada havia elencado. Formulou votos para que o Governo ajudasse a Câmara a permitir que os moradores do Bairro do Sobreiro vivessem com dignidade. Desconhecia que tivesse havido um aumento exponencial das rendas, pelo que iria averiguar o que se tinha passado. Ao Senhor Deputado Joaquim Manuel Marques Gonçalves disse que, quando o Governo Português vendeu a fábrica da Maia da Siderurgia Nacional à empresa espanhola Megasa, no contrato de compra e venda constava que o vendedor, Estado Português, se comprometia a retirar todo o pó, proveniente da produção do aço, que ao longo dos anos tinha armazenado dentro do perímetro da empresa. Esse pó havia sido transportado para São Pedro da Cova, no concelho de Gondomar, onde fora descarregado nas galerias das minas de carvão que estavam inactivas. A responsabilidade desta operação era da CCDRN e do Ministério do Ambiente. Desconhecia se o pó tinha, ou não, sido retirado na totalidade. Ia tentar obter uma resposta. Sobre a circulação e estacionamento de viaturas TIR no Concelho, disse que iria insistir com as autoridades responsáveis para que as regras e os regulamentos fossem cumpridos. Por vezes, verificava-se que as placas de sinalização de trânsito eram roubadas, o que causava não só riscos para quem circulava como dificuldades às autoridades que não podiam autuar os prevaricadores, porque as placas de proibição tinham sido roubadas. O roubo de matérias metálicas era um grave problema com o qual a Câmara quase, quotidianamente, se via confrontada. O mais grave era o roubo das tampas colocadas na via pública, saneamento,



águas pluviais ou outras, pois causavam elevados danos a viaturas e ferimentos graves a peões. Referiu que já teve de responder em tribunal, pelo facto de ter havido uma criança que tinha caído numa caixa de águas pluviais, por terem roubado a respectiva tampa de protecção. Sobre a intervenção do Senhor Deputado Rui Manuel Madureira Monteiro, informou a Assembleia que o Grupo Desportivo e Cultural de Gueifães era a associação desportiva da Maia, que, em todo o país, tinha o maior número de inscrições para formação em voleibol. Os títulos obtidos, a nível nacional, pelas associações desportivas do Concelho eram o resultado da aposta que a Autarquia fazia na formação desportiva de jovens. Ao Senhor Deputado Marco José Duarte Martins disse que não tinha recebido qualquer queixa de algum Senhor Presidente de Junta de Freguesia, contra o corte de verbas a transferir para as Juntas de Freguesia, porque não tinha havido qualquer corte. Esclareceu que, o que tinha escrito era de que se atravessava uma fase de contenção de despesas, devido à quebra de receitas da Autarquia, que no primeiro semestre do corrente ano, poderia vir a atingir os 10 milhões de euros. Essa quebra era no IMT, nas taxas municipais, derrama, no aumento do IVA em 1% e, ainda, a redução de transferências de verbas do Governo para as Autarquias, que, no caso da Maia, previa ser um valor a rondar um milhão de euros. Dez milhões de euros, em seis meses era um valor muito grande, por esta razão, apenas tinha informado as Juntas de Freguesia que a Autarquia estava a fazer contenção nas suas despesas. Os gastos com a educação, habitação e a acção social não seriam afectados. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA colocou à admissão o Voto de Pesar pela morte de José Saramago, apresentado pela CDU, que faz parte integrante da acta como **documento 10**.

----- O documento foi **admitido por unanimidade**. -----

----- Não houve intervenções para a sua discussão. -----

----- Posto à votação, **foi aprovado por maioria**, com dois votos contra e oito abstenções. ---

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA colocou à admissão a proposta de moção, contra as medidas contidas no Orçamento de Estado para 2010 e no PEC 2010/2013, que o Governo e o

PSD aprovaram, penalizadoras e gravosas para os cidadãos e autarquias, apresentada pela CDU, que faz parte integrante da acta como **documento 11**. -----

----- O documento foi **admitido por unanimidade**. -----

----- Não houve intervenções para a sua discussão. -----

----- Posto à votação, **foi aprovado por maioria**, com treze votos contra do PS. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA colocou à admissão a proposta de recomendação de apoio a famílias numerosas, apresentado pelo PS, que faz parte integrante da acta como **documento 12**. -----

----- O documento foi **admitido por unanimidade**. -----

----- Para a sua discussão inscreveram-se e usaram da palavra os Senhores Deputados: -----

ANTÓNIO FERNANDO GOMES DE OLIVEIRA E SILVA que manifestou a sua satisfação pelo facto do PS ter, finalmente e formalmente, apresentado uma proposta de recomendação, alicerçada na preocupação devida ao desequilíbrio demográfico do país. O PS, no presente documento, recomendava à Câmara Municipal que tomasse medidas de apoio a famílias numerosas, diminuindo os encargos familiares, nomeadamente na redução do tarifário doméstico de água e na criação de um bilhete de família, através do qual as famílias numerosas teriam desconto no acesso aos serviços da Autarquia. O PSD iria votar a favor se fossem salvaguardados os seguintes princípios: o conceito de família numerosa passaria a ser definido pelo número de habitantes num agregado familiar; ponderação do rendimento desse agregado familiar e ainda, que ao conceito de famílias numerosas fosse acrescentado “famílias com poucos rendimento”. Se o PS aceitasse estes princípios de alteração na sua proposta de recomendação, o PSD votaria a favor. -----

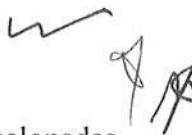
DAVID AUGUSTO DUARTE TAVARES disse que o PP era o partido que, nos últimos anos, mais tinha falado sobre o défice demográfico, pois, estava atento e muito preocupado com a redução da população no nosso país. Por esta razão, tinha recebido com agrado a proposta de recomendação; porém ao ler o clausulado tinha ficado preocupado com o teor do

✓
D/B

ponto 4: “A necessidade de se reforçar o esforço articulado do poder central e do poder autárquico na concretização de medidas que apoiem as famílias numerosas (com três ou mais filhos), contribuindo para minimizar os encargos que decorrem de uma opção que, sendo familiar, apresenta um valor económico e social indiscutível”. A sua preocupação alicerçava-se no facto do PS referir a necessidade de reforçar o esforço articulado com o poder central, pois, se a Autarquia articulasse com o poder central, nada poderia fazer com a aprovação desta proposta, uma vez que o Governo do Partido Socialista, tinha feito uma trapalhada no IRS para famílias numerosas e carenciadas. O PS, num momento de grave crise económica, em vez de concentrar a sua atenção na resolução dos problemas económicos dos portugueses, esteve extremamente preocupado com a resolução de um problema que, para o PS, era muito mais importante: o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Não compreendia este facto, pois, não era através desta medida que se iria combater o problema do défice demográfico no nosso país. Outra medida que tinha merecido o seu aplauso era a promessa do Senhor Primeiro-ministro que a todos os nascituros, o Estado iria depositar numa conta poupança o valor de duzentos euros. Porém, depois de nascidos, os pais que se dirigissem aos serviços da Segurança Social para aceder a este valor, teriam como resposta a informação de que não passara de um simples anúncio. Por esta razão, e para que a Assembleia Municipal não aprovasse apenas um anúncio, pediu ao PS que reformulasse o ponto 4 da sua proposta, pois não fazia sentido estar referido o poder central, uma vez que o Governo não estava a tomar qualquer medida de redução de encargos com as famílias numerosas. Se o ponto 4 fosse reformulado, o PP votaria a favor, com mais agrado. -----

LUÍS MARIA FERNANDES AREAL ROTHES saudou os cidadãos de Vila Nova da Telha, o seu Executivo e Assembleia de Freguesia. Formulou votos para que o edifício que recebia a Assembleia Municipal, construído com muito empenho, continuasse a ser um pólo de grande utilização e um verdadeiro centro cívico. Sobre a Proposta em análise disse que não recusava o confronto democrático, pois a democracia vivia do confronto de ideias; que os

fóruns não são apenas para confronto de ideias, mas também devem servir para que haja concretização de consensos. O Senhor Deputado António Fernando Gomes de Oliveira e Silva, na sua intervenção, tinha dito que esta era a primeira proposta de recomendação que o PS apresentava. Este documento, pela sua importância, só por dogmatismo poderia merecer o voto contra de algum Senhor Deputado. Para que tal não suceda, considerou que deveriam ser esclarecidas as dúvidas apresentadas na sua discussão. A primeira dúvida referia-se à questão suscitada pelo Senhor Deputado do PP, David Augusto Duarte Tavares, sobre o maior problema do país e o teor do ponto 4 do clausulado. O maior problema do país não era orçamental, mas sim a quebra demográfica, pois, irá ter um enorme impacto orçamental e social no futuro. Todos reconheciam que muitas famílias gostariam de ter mais filhos e não os têm porque havia uma série de circunstâncias desfavoráveis. O PS, na sua proposta, considerava que a solução, para combater o défice demográfico, não poderia ser um exclusivo do poder central, ou um exclusivo das autarquias, mas, sim, deveria haver uma articulação entre o poder central e o poder local. Concordou que poderiam haver leituras diferentes sobre o empenhamento do Governo nestas medidas, por razões políticas. O importante seria que os dois poderes se juntassem e se esforçassem no mesmo sentido. Considerou que só havia uma forma de medir o interesse dos Governos nas políticas sociais: encarar os dados estatísticos. Havia três dados fundamentais a considerar: o primeiro, era saber qual era a evolução das despesas na área social; sobre este ponto, desafiou todos os outros partidos a estudarem a evolução das despesas sociais nas últimas décadas; o segundo, era o de saber qual era a evolução da taxa de pobreza em Portugal, sobre a qual fez igual desafio, bem como sobre o terceiro que era o de saber qual era a taxa relativa às diferenças sociais, e, ainda, o de saberem quais foram os Governos que, ao longo das últimas décadas, mais investiram nas áreas sociais. Obviamente não estava contente com a situação actual. Desejava que houvesse um reforço por parte do Governo e das Autarquias na área social. A proposta em análise não se referia a apoios sociais, contrariamente ao que afirmara o Senhor Deputado António Fernando Gomes



de Oliveira e Silva, mas sim, das tarifas domésticas de água, que por serem escalonadas, prejudicavam as famílias numerosas. O objectivo da proposta destinava-se apenas a não penalizar, nos escalões do consumo de água, as famílias, pelo simples facto de serem numerosas. O bilhete de família era outra medida social que deveria ser considerada. Reiterou que o objectivo da proposta era apenas um: as famílias numerosas não podiam ser prejudicadas e penalizadas pelo simples facto de o serem. Esta proposta era justa e razoável e que já tinha obtido resultados positivos noutras autarquias do país, como a socialista em Lisboa e a social-democrata em Coimbra. A Câmara da Maia poderia fazer estudos técnicos que permitissem responder a esta questão. Se fosse feita uma diferenciação entre famílias ricas e famílias pobres, estava-se não a combater uma injustiça, mas a criar medidas sociais, que não era o objectivo da proposta. Pediu a atenção do Senhor Deputado António Fernando Gomes de Oliveira e Silva para o facto de ser tomado o devido cuidado para que uma medida não resultasse num custo técnico que ficasse mais caro que a medida de apoio pretendido. Admitiu que, além de se evitar uma injustiça, o PS estaria a preconizar uma medida social. A Assembleia Municipal deveria ter protagonismo na apresentação de propostas para bem de todos e do país. A eventual aprovação do documento era um sinal positivo de que a Assembleia Municipal estava atenta a um problema nacional: o défice demográfico. -----

VÍTOR MIGUEL DA SILVA pediu a palavra para prestar um esclarecimento. Disse ao Senhor Deputado António Fernando Gomes de Oliveira e Silva, que o comentário que ele próprio proferia, poderia não ter sido elegante, razão pela qual lhe pedira de imediato desculpas; porém, não aceitava que colocassem em causa a sua conduta ética. Na Assembleia Municipal sempre se pautara por uma postura e conduta ética, ao contrário de outros que não poderiam fazer igual afirmação. Sobre o ponto em análise, lembrou que a bancada do PSD, na presente sessão, tinha votado a favor uma proposta de moção da CDU que continha a seguinte afirmação: “No seguimento das medidas gravosas contidas no orçamento de Estado para 2010 e no PEC 2010/2013, o Governo e o PSD entenderam-se para aprovar medidas adicionais

ainda mais gravosas”. Este era o esclarecimento que desejava apresentar à bancada do PSD e ao seu líder. -----

DAVID AUGUSTO DUARTE TAVARES pediu ao Senhor Deputado Luís Maria Fernandes Areal Rothes que pedisse a retirada da proposta de recomendação, para ser reanalisada e reformulada em reunião de Líderes para poder ser aprovada por unanimidade. ---

ANTÓNIO FERNANDO GOMES DE OLIVEIRA E SILVA disse que o PSD era inflexível na proposta apresentada ao PS. Ao contrário da afirmação do Senhor Deputado Luís Maria Fernandes Areal Rothes, o tarifário da água e do saneamento não era persecutório nem prejudicava as famílias numerosas. O PSD estaria disponível para aprovar a proposta de recomendação se o PS acrescentasse ao conceito de famílias numerosas o factor dos seus rendimentos. Se tal não acontecer, o PSD não aprovaria o documento. O PSD não poderia aprovar a proposta, pois considerava que, na Maia, os tarifários de água, saneamento e resíduos sólidos, não penalizavam quem quer que fosse. Lembrou ao Senhor Deputado que a Maia era o concelho da área metropolitana do Porto e do País que, nas últimas décadas, mais famílias e habitantes tinha atraído para o seu seio. Esta atracção era devida à qualidade de vida que oferecia aos seus cidadãos, alicerçada no meritório trabalho desenvolvido pela Autarquia, na criação da rede de abastecimento de água, de saneamento, na recolha de resíduos sólidos urbanos e nas estações de tratamentos de águas residuais. Por esta razão, o tarifário na Maia não era persecutório, nem era prejudicial para ninguém. O PSD aprovaria a proposta se nela fosse incluída a questão dos rendimentos dos agregados familiares. -----

LUÍS MARIA FERNANDES AREAL ROTHES disse que o PS se revia na preocupação do PSD. Quando tinha falado nos estudos técnicos que a Câmara deveria realizar, considerava que neles deveria ser considerado o rendimento familiar. Propôs que no ponto 1 do pedido de aprovação da Recomendação a seguir a “...não penalize indevidamente as famílias numerosas,” fosse acrescentado o seguinte texto: “em especial aquelas que apresentam condições sociais desfavorecidas”. Esperava que com esta alteração houvesse entendimento. –

----- Posto a Proposta de Recomendação à votação, **foi aprovada por unanimidade.** -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA leu e colocou à admissão a Voto de Louvor, ao Grupo Desportivo e Cultural de Gueifães, apresentada pelo PSD, anteriormente identificado como **documento 11.** -----

----- O documento foi **admitido por unanimidade.** -----

----- Não houve intervenções para a sua discussão. -----

----- Posto à votação, **foi aprovado por maioria**, com uma abstenção. -----

VÍTOR MIGUEL DA SILVA pediu a palavra para fazer uma Declaração de Voto. Afirmou que a razão da sua abstenção era devida ao facto do proponente, o Senhor Deputado Rui Manuel Madureira Monteiro, na sua intervenção inicial, tinha não só louvado as instituições, mas, sistematicamente, fazia um voto de louvor à Câmara Municipal. Por uma questão de honestidade intelectual, não poderia votar a favor, pois o Senhor Deputado acrescentava sempre algo para louvar a Câmara Municipal. Se este Senhor Deputado apresentasse votos de louvor nos quais apenas, e só, constassem as instituições, os seus atletas, associados e familiares, excluindo a Câmara Municipal, não teria qualquer dúvida em votar a favor, porém, se a Câmara Municipal fosse incluída, votaria sempre pela abstenção. Esta era a sua postura actual e futura. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA leu e colocou à admissão a Voto de Louvor, à Associação Atlética de Águas Santas, apresentada pelo PSD, anteriormente identificado como **documento 12.** -----

----- O documento foi **admitido por unanimidade.** -----

----- Para a sua discussão inscreveu-se e usou da palavra o Senhor Deputado **RUI MANUEL MADUREIRA MONTEIRO** que disse ao Senhor Deputado Vítor Miguel da Silva que não tinha lido o Voto de Louvor. Se o tivesse feito, verificaria que no mesmo não havia uma única referência elogiosa à Câmara Municipal. Porém, se o tinha lido, a situação era ainda mais grave. Havia dois momentos diferentes: a sua intervenção política e o Voto de Louvor. A

primeira não poderia ser considerada como razão para fundamentar o sentido de voto de um outro documento. Na sua intervenção, nem o Senhor Deputado Vítor Miguel da Silva ou qualquer outro, poderia ousar tecer qualquer tipo de censura sobre o seu pensamento político. Dizia o que pensava. O Voto de Louvor por ele apresentado, era outro assunto. Releu-o para que todos verificassem que não havia uma única referência à Câmara Municipal. Reiterou que no Voto de Louvor não havia qualquer referência à Câmara Municipal; não obstante, no futuro, poderia incluir a Câmara Municipal nos seus votos de louvor. -----

VÍTOR MIGUEL DA SILVA pediu a palavra para usar o direito de resposta. Afirmou que não recebia lições de ética política e democrática. Se o Senhor Deputado Rui Manuel Madureira Monteiro tinha afirmado que não admitia qualquer intromissão no seu pensamento político, o mesmo deveria admitir em relação ao seu. O direito à discordância deve ser mútuo. Todos merecem um maior respeito, sobretudo os cidadãos presentes na Assembleia. -----

----- Posto à votação, **foi aprovado por maioria**, com uma abstenção. -----

2. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO, DE ACORDO COM O ESTIPULADO PELO ART.º 40.º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.

----- Inscreveram-se e usaram da palavra os Senhores Munícipes: -----

JOÃO COUTO LOPES, residente na Rua A, n.º 33, Freguesia de Vila Nova da Telha, que através da leitura dos documentos, acompanhados de fotografias, e da Ficha de Inscrição que se anexam e que fazem parte integrante da acta como **documento 13**, falou sobre os problemas de acessibilidades e barreiras arquitectónicas com que os cidadãos portadores de deficiência se confrontam quotidianamente, tendo solicitado à Câmara a resolução de alguns. Pediu que aos cidadãos portadores de deficiência motora, que se deslocassem em cadeiras de rodas, fosse concedida a isenção do pagamento das taxas de estacionamento nos parámetros. Disse que os novos veículos Tram-tran da Empresa do Metro do Porto, que há alguns meses circulam na Linha da Póvoa do Varzim, não permitem o acesso fácil a cidadãos que se deslocam em cadeiras de rodas. Para ser possível, tornava-se necessário um investimento de adaptação nas novas composições e nos cais de embarque. Apelou ao Senhor Presidente da

Câmara para sensibilizar a empresa Metro do Porto, no sentido de ver resolvido este problema de acessibilidade a cidadãos deficientes. -----

JOSÉ ARAÚJO, em nome do Grupo de Escoteiros de Vila Nova da Telha, sediada na Rua da Fábrica, nas instalações da antiga Escola Primária da Aldeia, felicitou a Assembleia Municipal por ter realizada uma sessão descentralizada em Vila Nova da Telha e a importância desse evento para a Freguesia. Deu a conhecer o Escotismo como sendo um movimento para jovens (com o apoio indispensável dos adultos), onde era dada a cada um dos seus membros a possibilidade de realizar actividades aliciantes, assumir responsabilidades e desenvolver projectos em equipa. Em nome da instituição, disponibilizou-a para servir a sociedade, a Junta e a sua Freguesia, a Câmara e Assembleia Municipal. A ficha de inscrição faz parte integrante da acta como **documento 14**. -----

ANTÓNIO FERNANDO MOREIRA LOPES, residente na Rua Maria da Fonte, 95-1.º, Freguesia de Vila Nova da Telha, falou sobre as dificuldades com que os agricultores se debatem para sobreviverem, tendo pedido à Câmara Municipal o seguinte: melhores acessos aos campos agrícolas em Vila Nova da Telha, nomeadamente na Travessa Nova da Lagielas e na Viela da Rua da Aldeia (nas traseiras do Bloco habitacional do PER); tolerância para poderem fertilizar os campos agrícolas com produtos biológicos; instalação de iluminação pública num pequeno ramal (cerca de 200 metros) localizado na Via Lidador - Igreja; apoio para a legalização das vacarias. A ficha de inscrição faz parte integrante da acta como **documento 15**. -----

CARLOS JOSÉ DE CARVALHO PADRÃO, residente na Rua Ernesto Santos Ribeiro, 145, freguesia da Maia, solicitou à Câmara Municipal que o informasse sobre a evolução, nos últimos meses, da construção de um hospital no concelho da Maia. A ficha de inscrição faz parte integrante da acta como **documento 16**. -----

3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

3.1. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DAS ACTAS N.ºS 2, 3 E 4/2010; -----

----- Nenhum Senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra. -----
----- Postas à votação as **actas números 2, 3 e 4 foram aprovadas por maioria**, com uma abstenção, do Senhor Deputado Pedro Miguel Neves Ferreira, da CDU, por ausência às respectivas sessões. -----

3.2. INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL. [ALÍNEA E)) DO N.º 1 DO ART.º 5.º DO REGIMENTO]; -----

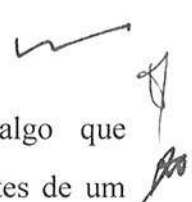
O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA informou que tinha sido enviada a todos os Senhores Deputados a “Informação do Presidente da Câmara acerca da Actividade Municipal”, que faz parte integrante da acta como **documento 17**. -----

----- Inscreveu-se e usou da palavra o Senhor Deputado **PEDRO MIGUEL NEVES FERREIRA** que pediu esclarecimentos ao Senhor Presidente da Câmara sobre o Tribunal da Maia, Centro de Saúde em São Pedro Fins, quebra de receitas da Autarquia e as obras promovidas pela Câmara, através da leitura do texto que faz parte integrante da acta como **documento 18**. -----

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA disse que estava à espera que o Senhor Secretário da Saúde desse luz verde para o avanço do projecto apresentado pela Câmara, para a instalação de uma Unidade de Saúde em São Pedro de Fins, para servir as populações desta freguesia e a de Folgosa. Informou que a Maia era dos melhores concelhos do país na prestação de cuidados primários de saúde, pois a quase totalidade da população dispunha de médico de família. Sobre a quebra de receitas, informou que a Câmara estava a fazer o seu “PEC Camarário”, com a introdução de algumas medidas de redução de despesas, com o objectivo de não afectar o normal funcionamento da autarquia. -----

3.3. MEDIDAS PREVENTIVAS DO AEROPORTO FRANCISCO SÁ CARNEIRO; --


O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL deu a conhecer a importância do documento apresentado que foi entregue a todos os senhores deputados e era do seguinte teor: “Medidas Preventivas: Servidão Aeronáutica do Aeroporto Internacional Francisco Sá Carneiro. A existência e funcionamento do Aeroporto Internacional Francisco Sá Carneiro são realidades de características absolutamente tangíveis que não poderão nunca ser subavaliadas e, muito menos, ignoradas. De igual forma, e como consequência disso mesmo, assume-se como uma inevitabilidade objectiva a existência de servidões administrativas que, no presente caso, se formulam como servidões aeronáuticas. Estas servidões visam alcançar bons níveis de serviço e operacionalidade da estrutura aeroportuária, instituindo o quadro de suporte indispensável ao desenvolvimento da sua actividade nas melhores condições de



funcionalidade e segurança. As questões acima mencionadas constituem algo que consideramos institucionalmente assumido e como partes integrantes e constituintes de um território sobre o qual recai o esforço contínuo em prol de uma boa gestão e de um planeamento eficaz, abrangente e sustentável. Tendo consciência disso mesmo, a Câmara Municipal da Maia tem vindo a praticar e a promover como boa prática de gestão territorial que, mais do que considerar a mera existência de uma estrutura com impactes territoriais claramente supra-concelhios, procura enquadrar essa realidade em soluções integradoras, transformando, não poucas vezes, aparentes incompatibilidades em reais sinergias. No entanto, o Decreto Regulamentar n.º 7/83, de 3 de Fevereiro - que instituiu as servidões aeronáuticas do Aeroporto Internacional Francisco Sá Carneiro - foi estruturado, em nosso entendimento, de uma forma que não teve em linha de conta a realidade da área de implantação do aeroporto, bem como da sua área de influência directa, no que diz respeito à imposição de condicionantes através das servidões aeronáuticas. Para além da ocupação humana (cujas memórias se perde no tempo) existe uma realidade física, cujas vicissitudes geomorfológicas manifestam, de forma gritante, uma absoluta incompatibilidade com as regras impostas e um desfasamento destas para com a realidade urbanística do território. Se, por um lado, a existência e funcionamento de um aeroporto implica um ónus sobre o território adjacente e a criação de regras limitativas às actividades nele desenvolvidas, também não é menos verdade que o funcionamento desse mesmo aeroporto (ou de outra infra-estrutura qualquer) terá que observar a realidade actual do território onde se insere e o seu progressivo desenvolvimento. Assim, esta observância efectua-se aferindo, cuidadosamente, os impactes sobre o território, sejam eles de carácter físico, económico, ambiental ou social, e a forma de mitigar esses mesmos impactes, promovendo uma situação de equilíbrio numa convivência que, mais do que pacífica, se requer promotora de desenvolvimento harmonioso e em benefício mútuo. Uma qualquer estrutura aeroportuária deverá sempre configurar um pólo de dinamização territorial e económica, associado a um efectivo desenvolvimento sustentável, não funcionando ao invés daquilo que é esperado, como um entrave a esse mesmo desenvolvimento, coibindo o crescimento natural e esgotando as forças inerentes a esse processo. Reunindo os conhecimentos trazidos pela evolução dos instrumentos de gestão territorial verificada nos últimos anos, do planeamento e da gestão urbanística activa e tendo em conta a prevista e necessária alteração ao Decreto Regulamentar n.º 7/83, de 3 de

Fevereiro, consideramos estar perante uma janela de oportunidade à qual não poderemos, não deveremos mesmo, ficar indiferentes. O que está em causa é a restrição que o Decreto impõe no que respeita à cota altimétrica admissível de objectos existentes nas várias zonas sobre as quais impende. Em termos de *modus operandi*, e quando aplicável, a Câmara terá de enviar os projectos de construção à apreciação da ANA a qual, por sua vez, solicita a emissão de parecer técnico à NAV- Navegação Aérea de Portugal, E.P.E. As análises, porque sumárias, consistem em verificar se no local em concreto a construção viola ou não a cota altimétrica estipulada pelo Decreto. Muitos foram e continuam a ser os nossos esforços no sentido da revisão de toda esta situação, tendo promovido muitas reuniões técnicas e a apresentação de soluções exequíveis. Na prática, poucos anos após, e porque o regulamentado era inexecutável, o Decreto entrou em fase de revisão pelo que a sua eficácia esteve suspensa, sendo que, e devido a ter-se ultrapassado o período de validade das medidas preventivas de suspensão, a sua eficácia impera. Ou seja, ao momento estamos numa fase em que, salvo melhor e mais rebuscada opinião jurídica, se aplica por inteiro o Decreto em consideração. Sem o referido trabalho de planeamento integrado, a simples aplicação da servidão aeronáutica conduziria à instituição de centenas de hectares de solo interdito a qualquer tipo de uso, título ou urbanidade. Só no concelho da Maia, o mais afectado dada a sua posição e constituição geomorfológica, essa extensão territorial equivaleria a cerca de 15% do total de solo urbanizável concelhio. A oportunidade de concertação que ora se apresenta poderá traduzir-se futuramente na consagração de uma política de planeamento verdadeiramente integradora e na consagração de uma doutrina que encara a salvaguarda do bem colectivo através de uma visão transversal e não sectorizada das dinâmicas de ordenamento. Proposta de Recomendação -

A existência e funcionamento do Aeroporto Francisco Sá Carneiro são realidades de características absolutamente tangíveis que não poderão nunca ser subavaliadas e, muito menos, ignoradas. De igual forma, e como consequência disso mesmo, assume-se como uma inevitabilidade objectiva a existência de servidões administrativas que, no presente caso, se formulam como servidões aeronáuticas. Estas servidões visam alcançar bons níveis de serviço e operacionalidade da estrutura aeroportuária, instituindo o quadro de suporte indispensável ao desenvolvimento da sua actividade nas melhores condições de funcionalidade e segurança. As questões acima mencionadas constituem algo que consideramos institucionalmente assumido e como partes integrantes e constituintes de um território sobre o qual recai o



esforço contínuo em prol de uma boa gestão e de um planeamento eficaz, abrangente e sustentável. Tendo consciência disso mesmo, temos vindo a praticar e a promover como boa prática de gestão territorial que, mais do que considerar a mera existência de uma estrutura com impactes territoriais claramente supra-concelhios, procura enquadrar essa realidade em soluções integradoras, transformando, não poucas vezes, aparentes incompatibilidades em reais sinergias. Tendo em conta a prevista alteração ao Decreto Regulamentar n.º 7/83, que instituiu as servidões aeronáuticas do Aeroporto Francisco Sá Carneiro, consideramos estar perante uma janela de oportunidade à qual não poderemos, não deveremos mesmo, ficar indiferentes. Sem o referido trabalho de planeamento integrado, a simples, linear e directa aplicação da servidão aeronáutica conduziria à instituição de centenas de hectares de solo interdito a qualquer tipo de uso, título ou urbanidade. Só no concelho da Maia, o mais afectado dada a sua posição e constituição geomorfológica, essa extensão territorial equivaleria a cerca de 15% do total de solo urbanizável concelhio. Esta oportunidade de concertação que ora se apresenta poderá traduzir-se futuramente na consagração de uma política de planeamento verdadeiramente integradora e na consagração de uma doutrina que encara a salvaguarda do bem colectivo através de uma visão transversal e não sectorizada das dinâmicas de ordenamento. Assim, e tendo em consideração que, no plano técnico, foram já amplamente estudados, reflectidos e debatidos os cenários resultantes da aplicação da Proposta de Alteração do Decreto Regulamentar n.º 7/83 e que, esse trabalho antecipa um quadro de muito relevante impedimento à harmonia urbanística o qual, por sua vez, se traduziria num ónus gravíssimo para o tecido social neste território metropolitano, vimos por este meio recomendar:-----

1. Que a Câmara continue a desenvolver todos os estudos e trabalhos técnicos necessários para a apresentação de soluções estruturais às entidades competentes. Estamos em crer que a capacidade de fundamentação técnica demonstrada pelo Município, aliada ao profundo conhecimento da realidade do Concelho, será fundamental para a apresentação de soluções credíveis às entidades competentes;-----

2. Que, no seguimento da abertura demonstrada no sentido de criar uma *task force* que permita uma solução integrada para a servidão aeronáutica, constituída pelo INAC, pela ANA, pela NAV e pela CM MAIA se tenha em conta que a aplicação do Decreto Regulamentar n.º 7/83, de 3 de Fevereiro, sem ter em conta as questões aludidas, representa um claro prejuízo

para o nosso concelho e as nossas gentes, com repercussões enormes no tecido económico do Município e da Área Metropolitana. A Assembleia Municipal não pode deixar de recomendar a todos os elementos desta *task force* que tenham em conta as nossas preocupações, claramente expressas neste documento.”. -----

----- Inscreveram-se e usaram da palavra os Senhores deputados: -----

PEDRO MIGUEL NEVES FERREIRA leu o texto que faz parte integrante da acta como **documento 19.** -----

FLORIANO DE PINHO GONÇALVES manifestou o seu contentamento por ter sido em Vila Nova da Telha, que a Assembleia Municipal iria tratar de um assunto muito importante para esta Freguesia: as Medidas Preventivas do Aeroporto Francisco Sá Carneiro, um aeroporto que tinha 70% da sua área na freguesia de Vila Nova da Telha. A servidão aeroportuária era um assunto muito importante para o concelho da Maia e as freguesias de Moreira e de Vila Nova da Telha eram, no Concelho, as mais penalizadas com as medidas preventivas. A Assembleia Municipal tinha promovido uma reunião com um técnico da Câmara Municipal, o Senhor Arquitecto José Carlos Portugal, o qual dera uma cabal explicação a todos os presentes sobre todo o processo da servidão aeroportuária. Através do qual ficou a conhecer o Decreto Regulamentar 7/83, que definiu as zonas de servidão aeronáutica do aeroporto do Porto e estabeleceu os limites de espaço aéreo por elas abrangido, os patamares de altitudes e as zonas onde era proibido qualquer tipo de construção a partir desse limite de altitude. Numa das zonas, num raio de 4.500 metros, a partir do centro do aeroporto, nada poderia ser construído acima dos 90 metros de altitude. Isto significava, por exemplo, que em 15% do urbanizável do Concelho nada poderia ser construído, nomeadamente o centro da cidade da Maia e grande parte da zona industrial, em que a cota do solo estava a uma altura superior aos 90 metros. Quando o Decreto Regulamentar foi publicado nestes locais já havia muita construção, por isso o Decreto era fortemente penalizador para a expansão industrial e urbana do concelho da Maia. Citou, como exemplo, que a torre e gare do aeroporto, estavam uma cota de 102 metros, 12 metros acima do limite legal e estas foram recentemente construídas. Este problema merecia uma análise e a necessidade da Autarquia sensibilizar as autoridades aeroportuárias, no sentido de minorar a rigidez de um Decreto Regulamentar que poderia passar pela publicação de um novo Decreto Regulamentar que determinasse fazer o cadastrado de toda a construção existente e inclui-la

✓ ✍

dentro dos limites da cota, permitir a construção de edifícios em terrenos até à cota das construções anexas existentes e cadastradas e elevar a cota de limite construtivo de 90 para 122 metros. Se tal fosse conseguido seria bom para Vila Nova da Telha, para a Vila de Moreira e para toda a Maia. -----

DAVID AUGUSTO DUARTE TAVARES felicitou a Assembleia Municipal pela iniciativa de colocar em discussão um tema tão importante para as populações de Vila Nova da Telha, da Vila de Moreira e do Concelho da Maia. A servidão aeroportuária do Aeroporto Francisco Sá Carneiro era fortemente penalizadora e o facto da Assembleia Municipal colocar este assunto à discussão significava que este Órgão Autárquico estava muito atento aos problemas do seu concelho e dos seus munícipes. As Medidas Preventivas do Aeroporto Francisco Sá Carneiro de suspensão do Decreto Regulamentar 7/83 tinham caducado sem que nada fosse realizado para finalizar a sua revisão. O Senhor Arquitecto José Carlos Portugal tinha sido muito claro na explicação que dera aos Líderes Parlamentares. A Câmara Municipal estava de parabéns pelo trabalho realizado. Para ultrapassar este problema, tornava-se necessário que a Câmara fizesse o cadastro de todas as construções existentes em situação de incumprimento e enquadrá-las em novas prescrições; consolidar as zonas urbanas estruturantes – zona central da cidade e zona industrial Maia I – permitindo um desenvolvimento urbanístico integrado e harmonioso com as existências e criação de uma *task force* para análise, reflexão, revisão e validação do seu ponto de vista com as autoridades aeroportuárias. Informou que iria votar a favor. A finalizar, chamou a atenção para as implicações que poderão ter no Aeródromo Vilar de Luz o Decreto-Lei 55/2010, de 31 de Maio, que fixa as condições de construção, certificação e exploração dos aeródromos civis nacionais, estabelece os requisitos operacionais, administrativos, de segurança e de facilitação a aplicar nessas infra-estruturas e procede à classificação operacional dos aeródromos civis nacionais para efeitos de ordenamento aeroportuário. Este Decreto-lei, na sua aplicabilidade, tem uma forte possibilidade de desqualificar o Aeródromo Municipal de Vilar de Luz. -----

ALBINO BRAGA DA COSTA MAIA disse que estava de acordo com o teor do texto documento apresentado. Também apoiava o trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal, que desde 1997 “carregava o fardo” o Decreto Regulamentar 7/83. A sua maior preocupação não era a limitação de construção. A maioria do solo natural da freguesia da Vila de Moreira estava a uma cota superior ao limite definido do Decreto Regulamentar. O chão, os terrenos

da Vila de Moreira estavam acima da cota e esta situação é que era muito preocupante, pois teria de ser alterada, caso contrário teria consequências muito gravosas. E, desde 1997, a ANA inviabilizava qualquer tipo de construções, sem atender ao seu solo natural. Quem tivesse vontade de construir ficaria à partida arredado de o fazer. Lembrou que o PDM da Maia tinha sido aprovado pelas autoridades competentes e deveria ser considerado como válido e verdadeiro nas zonas urbanizáveis. Disse que havia situações que não compreendia. Colocou a seguinte questão: porque razão um proprietário que não construiu poderá vir a ser penalizado e impedido de construir no seu terreno que esteja ao lado de uma construção já existente? Este assunto – colocar em causa o terreno natural – era de longe muito mais importante que todos os outros debatidos na presente sessão. A Câmara Municipal estava atenta a esta realidade, a Assembleia Municipal, na presente Sessão, dava uma prova da sua atenção e esperava que com a aprovação do ponto em análise, iria dar um grande contributo para que não se praticasse mais injustiças com o Aeroporto Pedras Rubras, pois é assim que o conhece há mais de 50 anos. Agradeceu ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova da Telha o trabalho e dedicação e a forma com recebeu e permitiu que no seu auditório fosse realizada uma sessão descentralizada da Assembleia Municipal. -----

FRANCISCO AMORIM DOS SANTOS BAPTISTA disse que o BE estava em total acordo com a proposta de recomendação em análise através da leitura do texto que faz parte integrante da acta como **documento 20**. -----

LUÍS MARIA FERNANDES AREAL ROTHES considerou o assunto em análise muito importante; porém, antes de o abordar desejava dar uma nota prévia sobre uma particularidade importante na Ordem de Trabalhos da presente Sessão. A Assembleia Municipal não tinha nenhuma proposta do Executivo para homologação. Isto era um sintoma que não poderia ser desvalorizado, pois manifestava que, em dois meses, os oito Senhores Vereadores do Executivo não tinham feito qualquer trabalho político, mas de inactividade, pois não tinham enviado à Assembleia Municipal qualquer proposta. Sobre o Proposta de Recomendação em análise, disse que o PS estava de acordo, porque o PS dificilmente poderia deixar de apoiar os dois pontos constantes do texto da Proposta de Recomendação. O primeiro para que a Câmara continue a desenvolver todos os estudos e trabalhos técnicos necessários para a apresentação de soluções estruturais às entidades competentes para a resolução do problema. O segundo passava pela valorização de todas as plataformas de entendimento necessárias para que esta

situação seja ultrapassada. Apesar disso, não poderia deixar de referir que este problema era uma questão muito antiga, que o PS vinha acompanhado com atenção e preocupação, nomeadamente quando foi discutido a alteração do PDM na Assembleia Municipal. Era fundamental que todos focassem a sua atenção no que era crucial resolver e que passava por conciliar a segurança aeroportuária com a qualificação urbanística do Concelho. Esta meta era viável e poderia ser atingida e era nela que todos se deviam concentrar. Porém, tornava-se evidente combater a especulação imobiliária e assegurar a capacidade de gestão urbanística eficiente do Concelho. Tudo isto seria possível ser conciliado. Mas o importante seria a reforço de capacidade negocial da Autarquia. Sem colocar em causa as atitudes menos correctas das autoridades que controlam a segurança aeroportuária, não podemos deixar de igualmente apreciar algumas atitudes menos correctas na apreciação do problema. Para isso, bastaria olhar a linha do horizonte do que está construído no nosso Concelho e seria possível detectar que no passado, por parte da Autarquia, tinha havido uma postura de confronto com as autoridades aeroportuárias. Nessa linha do horizonte, era fácil ver alguns edifícios que, pela sua altura, só poderiam ser entendidos como de confronto, a começar pela Torre Lidador. Estes casos em nada favoreceram o diálogo entre a Autarquia e as autoridades aeroportuárias. A finalizar, insistiu na necessidade reforço da capacidade negocial da Autarquia, pois seria muito importante para se encontrar soluções ajustadas a este problema.-----

ANTÓNIO FERNANDO GOMES DE OLIVEIRA E SILVA começou por louvar a Mesa da Assembleia Municipal por ter incluído na Ordem de Trabalho da presente Sessão as Medidas Preventivas do Aeroporto Francisco Sá Carneiro, uma vez que as zonas de servidão aeronáutica e os limites de espaço aéreo, estabelecidas pelo Decreto Regulamentar 7/83, eram um estrangulamento para o desenvolvimento do nosso concelho. Era para si um motivo de contentamento constatar que a Proposta de Recomendação iria ser votada por unanimidade. O Decreto Regulamentar 7/83 é uma implementação para a legislação portuguesa da Convenção de Chicago. Em 7 de Dezembro de 1944, em Chicago, nos Estados Unidos da América, 52 Estados firmaram a Convenção sobre Aviação Civil Internacional, que passou a ser conhecida como Convenção de Chicago. Trata-se de um tratado que estabeleceu a Organização de Aviação Civil Internacional (OACI), uma agência especializada das Nações Unidas com a função de coordenar e regular o transporte aéreo internacional, regras acerca do espaço aéreo, registro de aeronaves e segurança de voo, bem como os direitos dos signatários com respeito

ao transporte aéreo. Portugal foi um dos países signatários da Convenção de Chicago que foi aprovada pela legislação portuguesa através do Decreto-Lei número 36158, de 17 de Fevereiro de 1947. Se o Decreto Regulamentar 7/83 tivesse de ser cumprido à risca, não teria sido possível construir o Aeroporto de Pedras Rubras; parte do concelho da Maia teria de ser terraplanado para que as cotas fossem respeitadas; o tecto das novas instalações do aeroporto está a uma cota superior ao determinado, o que significa que a própria ANA, responsável pela obra e autoridade fiscalizadora, não cumpriu e não fez cumprir a lei. As Medidas Preventivas não podem ser confundidas com a gestão urbanística do nosso município, que prima pela excelência. A Maia não poderia ser impedida de se desenvolver e o nível que conseguiu foi um acto de coragem e terá de ter continuidade no futuro. O que está em causa são as zonas de colmatação, pois não fazia sentido que não pudesse ser construído um prédio novo ao lado de um já existente. A Câmara Municipal da Maia tinha realizado um trabalho sério que não pode ser ignorado. As autoridades aeroportuárias desconheciam o trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal que tinha tomado a iniciativa de fazer um trabalho e apresentar soluções correctas. Por tudo isto, a Câmara Municipal era merecedora do nosso aplauso pela proposta de criação de uma *task force* para análise, reflexão, revisão e validação de novas medidas preventivas, uma vez que as anteriores são um absurdo e como um município de vanguarda deve estar atento à realidade e à legítima ambição do continuado desenvolvimento do nosso Concelho. Agradeceu e deu os parabéns à Mesa da Assembleia Municipal pela iniciativa. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL disse que a Proposta de Recomendação tinha merecido o apoio de toda a Assembleia, uma vez que o Decreto Regulamentar 7/83 limitava e atrofiava de forma muito grave o desenvolvimento do nosso Concelho e o seu património. Louvou o trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal, sobretudo do Senhor Arquitecto José Carlos Portugal. O trabalho desenvolvido por este Técnico Superior era merecedor de um público louvor. Foi eleito Presidente da Assembleia Municipal para servir os seus concidadãos e não para se limitar a receber e enviar para homologação os documentos que lhe eram remetidos pela Câmara Municipal. Os problemas da Maia e dos Maiatos estavam em primeiro lugar. Por esta razão, tinha tomado a iniciativa de apresentar a Proposta de Recomendação sobre as Medidas Preventivas do Aeroporto, que tinham merecido o apoio de todas as bancadas. Era a prova de que todos os Senhores Deputados exerciam o seu mandato para servir. O que agradeceu. -----

✓

O PRESIDENTE DA CÂMARA esclareceu que as Medidas Preventivas não eram um exclusivo do concelho da Maia, mas também afectavam os concelhos de Matosinhos, Vila do Conde, Lisboa e Faro. Nestes locais existem edificações acima da cota regulamentada. A Câmara da Maia, há muito tempo, vinha desenvolvendo um trabalho no sentido de minorar os efeitos negativos do desenvolvimento do nosso concelho que o Decreto Regulamentar provocava. Nos contactos com as autoridades aeroportuárias tinha prevalecido o bom-senso com resultados positivos. Era necessário cadastrar todas as existências, pois havia construções seculares, como torres de igrejas, que estão muito acima da cota e alterar as cotas e seus perímetros. Saudou e agradeceu à Assembleia Municipal pela iniciativa apresentada. -----

----- Posto à votação a Proposta de Recomendação sobre as Medidas Preventivas da Servidão Aeroportuária do Aeroporto Internacional Francisco Sá Carneiro, **foi aprovada por unanimidade.** -----

3.4. INFORMAÇÃO ACERCA DA CONSTITUIÇÃO DA “ÁGUAS DO NOROESTE”, S.A. (PARA CONHECIMENTO). -----

----- Nenhum senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra. -----

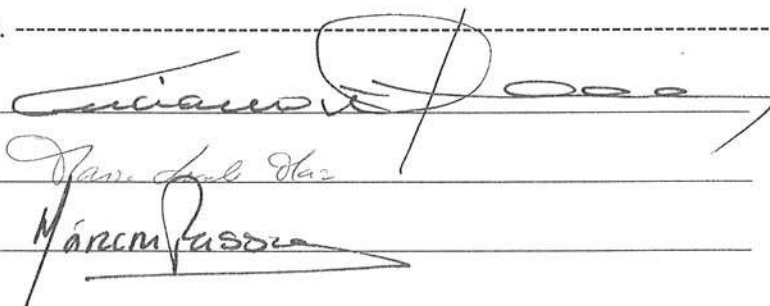
----- Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida e aprovada, por unanimidade, a acta em minuta, para efeitos imediatos das deliberações tomadas, tendo sido dado à Mesa o inerente voto para a sua elaboração definitiva. -----

----- E sendo uma hora e cinquenta e cinco minutos do dia um de Julho do ano em curso, foi dada por encerrada a reunião, de que, para constar, se lavrou a presente que vai ser assinada pelos Membros da Mesa: Presidente da Assembleia Municipal, Luciano da Silva Gomes, pela 1.ª Secretária, Maria de Lurdes da Costa Almeida Rebelo Maia e pela 2.ª Secretária Márcia Isabel Duarte Passos Resende. -----

O Presidente: _____

A 1.ª Secretária: _____

A 2.ª Secretária: _____



DOC-1

10

Carte de la Tour
de la Couronne
que se trouve
dans le livre de lecture

18/6/10

Assunto: Suspensão de Mandato.

Alcinda Márcia Oliveira Guedes da Silva, vem requerer a V.ª Ex.ª a suspensão do mandato por razões de ordem profissional, com efeitos imediatos e até 31 de Dezembro de 2010, nos termos do art.º 78.º do Dec-Lei 5-A de 2002 e do art.º 9º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia.

Atentamente,

Hande Hane. Hane. Gade. De. De.

Asssembleia Municipal da
Maia
Entrada nº 96
Em 18/06/2010

Assembleia Municipal da
Maia

Entrada nº 95

: Em 18/06/2010


Exmo. Senhor
Presidente da Assembleia Municipal da Maia
Luciano da Silva Gomes
Praça do Doutor José Vieira de Carvalho
4470-202 Maia

Maia, 11 de Junho de 2010

Assunto: 3ª Sessão Ordinária

Serve a presente para solicitar a minha substituição na 3ª sessão ordinária, a realizar no próximo dia 30 de Junho, uma vez que me encontro ausente do país por motivos profissionais.

Com os melhores cumprimentos,


(Hugo Alexandre da Silva Maia)



Freguesia da Maia
Município da Maia

Doc. 3
30/6/10

Ex.mo Senhor Presidente da
Assembleia Municipal da Maia
Paços do Concelho
Praça Dr. José Vieira de Carvalho
4470-220 MAIA

Sua referência

Sua comunicação de

Nossa referência
2010/667

Data
30/06/2010

Assunto: 3ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal
Substituição

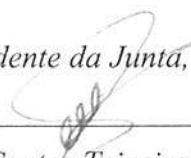
Ex.mo Senhor Presidente

Sirvo-me do presente ofício para comunicar a V. Exa. que, por me encontrar ausente do município, não poderei participar na 3ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, que se realiza hoje, 30 de Junho de 2010.

Por este motivo faço representar-me pelo meu Substituto Legal, Mário Augusto Costa Ramos.

Sem outro assunto, subscrevo-me com os meus melhores cumprimentos.

O Presidente da Junta,


(Carlos Santos Teixeira)

COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA**Intervenção do Período Antes da Ordem do Dia**

Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia Municipal,

Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal,

Caríssimos Srs. Deputados,

Estimados membros do público:

Iniciamos a nossa intervenção neste período antes da ordem do dia com uma questão que, nos dias presentes, estará porventura no topo da agenda político-mediática nacional, e que concerne à Maia muito particularmente. Referimo-nos às auto-estradas sem custos para os utilizadores, comunmente designadas por SCUT.

A onda mediática de que vos falo, gerada pela indignação de milhares de automobilistas que diariamente usufruem destas auto-estradas para se deslocarem das suas casas para os seus postos de trabalho, de profissionais da condução que se vêem na iminência de acarretarem com novas despesas no exercício do seu trabalho, de pequenos e médios empresários que, num período de crise económica, se preparam para novos encargos, deve-se à incapacidade do governo da nação para encontrar soluções políticas adequadas às necessidades do país, e à facilidade com que atira sobre os ombros e as carteiras da maioria da população, os encargos de uma crise criada pela banca e pela especulação financeira.

A CDU olha com bons olhos para o modo como o poder autárquico da região paulatinamente se colocou ao lado das populações nesta luta. Apraz-nos verificar como também aqui na Maia, a Câmara Municipal se vem empenhando neste processo. Argumentos não faltam: a região norte continua a liderar na pobreza, no desemprego, no número de beneficiários

~ 7 10

do Rendimento Social de Inserção; os pressupostos para a criação das SCUT, em regime excepcional, continuam válidos, seja pelos índices socioeconómicos, que referi, seja pela inexistência de alternativas viáveis – ou pura e simplesmente, de quaisquer alternativas, como o Sr. Presidente da Câmara referirá adiante, na sua informação acerca da actividade municipal. Se o governo levar avante o seu propósito, os maiatos terão de pagar portagem para circular na sua própria terra!

Nesta semana, em consequência da recusa da Assembleia da República em avançar com a obrigatoriedade do *chip* nos automóveis – essa versão socrática do Grande Irmão – foi anunciado um adiamento para Agosto da introdução de portagens nas SCUT. Tal adiamento, sendo um passo interessante no sentido da prevalência das nossas reivindicações, não pode deixar-nos esmorecer. Sabemos bem como o adiamento de decisões importantes para o período de férias, em que há necessariamente menor capacidade de mobilização de esforços, vem sendo estratégia antiga dos sucessivos governos de Portugal.

A manutenção das SCUT é uma luta justa. Não é assaltando a carteira a quem trabalha que se resolvem crises, nem podem ser os mesmos de sempre a resolver as crises do sistema económico, de resto, os que menos responsabilidades terão pela situação actual. A crise, como diz a canção, não é culpa dos pobres, porque a crise é coisa cara.

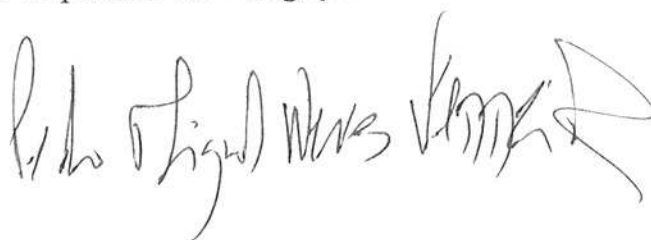
Outra questão para a qual queremos a chamar a atenção de V. Exa. é o estado em que se encontra o Torreão de Pedrouços, em Sangemil. Descrito no PDM como património municipal, e classificado igualmente como Património Nacional, continua em estado de degradação evidente, especialmente desde que foi atingido por um relâmpago há cerca de um ano. Esta questão foi já oportunamente colocada na Assembleia de Freguesia de Pedrouços pelos deputados da CDU, porém sem que uma resposta satisfatória houvesse. Assim, trazemos esta questão à Assembleia

Municipal na esperança de sabermos se algumas diligências foram tomadas no sentido da preservação do Torreão, parte do património municipal e nacional, como já aqui sublinhamos e, se tal não aconteceu, o que poderá ser feito pela sua preservação.

Por último, queremos deixar aqui um alerta relativamente à falta de redes de protecção na A3. Na rua da Caverneira, em Sangemil ou na estrada nacional 107, em Ardegães, não há vedação de acesso à referida auto-estrada. Uma situação perigosa e incompreensível, tanto mais que, poucos metros adiante, na A4, tais vedações já se encontram colocadas. Aqui fica o alerta para uma situação que deverá ser rectificada o quanto antes.

Maia, 30 de Junho de 2010

O deputado da Coligação Democrática Unitária



o destrua dist. cidade ~~nao~~ ^{nao} as ②
estas pessoas q o fazem no B.S.

→ Sei bem o que aconteceu desde
a construç^{ão} até hoje.
todas as vicissitudes, todas as
dific^{uldades} e contra-dific^{uldades}.

→ também sei que o momento que
achei mais de construç^{ão} de despesas,
contribui e muito para o ^{sucesso} cdz/
do problema, mas tem que haver prioridade

→ Pensei que todos stam^{os} conscientes
de tudo que est^á pare^{ndo} hoje

→ Mas penso q tb^{ém} todos stam^{os}
conscientes de que não é um
problema q se resolve.

Os mercedos sh parte de ^m ~~q~~ ^p ③
João, de promessas.

Querer realmente saber como o
que acontece para o futuro
É querer sobretudo saber
prazos de execução.

Está cheio de incertezas.
Basta sobretudo ao longo destes
tempos para trazer expectativas
que hoje não sabemos como o que
podem contar. Sentem-se enganados.
Tem mais estas

Estava a falar do local onde
vivem alguns países, estava a
referir-se à sua ^{pp} dificuldade como
seus humanos ao seu local de residência.

6 barras a mais fare um sketch (4)
de de foda ✓ ~~que afeta os moradores~~
essententiveis com poucas condições dignas de habitabilidade.
há fendas nas paredes, saliências q' a mais
sh' no ch' / tipos de cimento que ameaçam
a segurança de moradores, um parque de
foga completo / de foda, paredes com
um existi sobriedade suficiente
um aumento no custo de moradores.
Em 2012 em próprio reuni com o
Graf. Municipal e foi-me dito pelo
Senhor Eng. Filho que as intervenções nos
bloco + de foda sh'vam para breve.
Sei tb que a C.N.T. tem uma candidatura
ao Quam com um q' recupera do
bairro.
tb foi dito aos moradores pela C.N.T.
que as obras avançariam em 2013,
até q'ra nenhuma intervenção.

Nos vou aqui referir ~~o~~ o andamento
do Grupo Espantal Cup projecto plus
a questes do Parque Jardim

fr pi tudo defendido no passado, importa
projetar o futuro. Pois do q apontar o dedo
E por aqui como um unico Objectivo
Tem que haver que deisãmpu
dar uma resposta com a e

Verdadeira aos moradores.

Qual o futuro do Bairro?

Pare quando as intervenções de
reconstrução?

Como é que está o processo relacionado
com o QP e com a população?

Mas também penso que a E.N.N. não
tem que assumir perante esta Ass.
Se o Bairro é um dos mais prioritários

insuficiente ~~está em curso~~ ~~deficiente~~
o q está em curso e dar

melhor qualidade de vida aos
referidos moradores e para isso
deverá toda e sua particular o
executivo da Câmara fazer um
study.

A responsabilidade é um valor limpo da acção
política.

Deve por isso este executivo dar uma resposta
clara ~~em~~ ^{com} clareza e sinceridade.

Sei Sr. Presidente

A hile di bu o afastamento do Grupo
Español e o projecto mantem-se?

Mantem-se as 4 torres sem demolir?

As famílias que moram nos blocos
mais baixos do Bairro 126 Ser
recolhidos? E consequentemente estes
blocos se fare demolir?

Quanto tempo de estudo
comunitário?

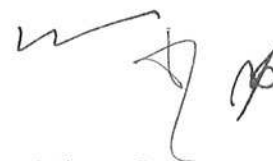
1º ultimo
L: ferreiros, sabe que das famílias
que habitam no bairro tem endos
financeiros difíceis. ^{E essas pessoas} ~~esse endos~~
Das outras modo de ver, mas do
aumento das rendas têm notícias.

2 exemplos

1 morador que tem de bloco 7 francos
devolvidos, foi-lhe dito que ele não
seria prejudicado, assinou um contrato
por 5 anos, em 2009 pagava 120 euros
a partir de 1/feito pagava 211 euros
um aumento de 91 euros, isto é um
muito bom? ~~Assim que o morador~~

2: Exemplos

~~1/ Este não é um exemplo~~
Outro morador assinou um contrato de
5 anos a pagar 42,10 Euros e passou para
100,00 - um aumento de 126,28 euros



Excelentíssimo:

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Luciano da Silva Gomes,

Senhoras Secretárias,

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eng.º Bragança Fernandes,

Senhoras e Senhores Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia,

Senhoras e Senhores Vereadores,

Cara e Caros Cidadãos de Vila Nova da Telha, aqui presentes em grande número,

Órgãos de Comunicação Social,

Minhas senhoras e meus senhores.

A minha primeira palavra hoje é para saudar o senhor Floriano de Pinho Gonçalves, mui ilustre Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova da Telha, pela magnífica recepção que proporcionou a esta Assembleia, neste belo Edifício-sede da Junta de Freguesia e neste magnífico Auditório onde nos encontramos,

A minha segunda palavra é também para louvar a Mesa da Assembleia, na pessoa do seu Presidente, o senhor Luciano da Silva Gomes, pela feliz iniciativa tomada há alguns anos de realizar Sessões descentralizadas da Assembleia Municipal.

Este facto é louvável por três razões:

A primeira porque permite uma aproximação da Assembleia Municipal com os nossos munícipes.

[Handwritten signatures and initials]

A segunda porque estes correspondem a essa aproximação. Em todas as Sessões descentralizadas realizadas sempre se verificou uma grande afluência de público. Este facto demonstra o seu interesse assistir a uma Sessão da Assembleia Municipal. Aqui e agora assistimos à constatação desta realidade, o Auditório da Junta de Freguesia de Vila Nova da Telha onde nos encontramos, encontra-se repleto de pessoas. Este facto enche-nos de alegria e dá-nos força e vontade para que continuemos a ir ao encontro das pessoas.

Parabéns senhor Presidente da Assembleia.

A terceira razão é a de permitir ver *in loco* os grandes investimentos, que ao longo dos últimos tempos têm sido realizados na melhoria de condições de funcionamento do Poder Local, o que significa uma maior credibilidade e uma mais-valia para o exercício de funções dos nossos autarcas. Neste caso das Juntas e Assembleia de Freguesia. Este investimento tem sido suportado, e bem, pela Câmara Municipal.

Muito obrigado senhor Floriano de Pinho Gonçalves pela forma como nos recebeu. Muito obrigado senhor Luciano Gomes por ter permitido a realização de mais uma Sessão descentralizada da Assembleia Municipal. Muito obrigado senhor Eng.º Bragança Fernandes pela forma eficaz como tem utilizado o erário público, em investimentos destinados às Juntas de Freguesia. Este é disso um magnífico exemplo. Muito obrigado caras e caros concidadãos de Vila Nova da Telha pela vossa presença.

Solicito um pouco da vossa atenção para me ouvirem falar sobre o desporto na Maia e na da razão que fundamenta a apresentação de dois votos de louvor a duas colectividades do nosso concelho.

Na Maia ao longo dos anos temos assistido à concretização de uma estratégia de investimento no desporto.

O nosso município está dotado de infra-estruturas de inegável qualidade para propiciar as melhores condições de prática



desportiva a todos os maiatos e também acolher os melhores eventos desportivos nacionais e internacionais.

A denominação de "Maia - Capital do Desporto" não é apenas um slogan. É uma denominação que está alicerçada em factos concretos.

Hoje em dia é conhecido de todos que o nosso município está dotado com mais de oitenta instalações desportivas que albergam todas e quaisquer práticas desportivas, acolhendo inúmeros eventos anuais e diferenciados pelas diversas faixas etárias e por tipo de competição.

Além da componente infraestrutural verificamos, também, que o município desenvolve uma política de fomento desportivo na população, através de várias actividades que leva a cabo, tendo por objectivo final a melhoria da qualidade de vida aliada a uma saudável prática de vida desportiva. Bem como a atracção de eventos de qualidade superior que trazem ao município as maiores referências nacionais e internacionais de cada modalidade, com o objectivo de com a sua presença e competição incentivarem os maiatos a uma maior prática desportiva nas respectivas modalidades.

Acrescido a estes factos e como consequência regista-se que são mais de doze mil as pessoas que utilizam as instalações desportivas municipais, sendo que cerca de cinco mil são praticantes nas cerca de setenta associações desportivas do nosso concelho.

É este trabalho que hoje e aqui queremos referenciar e louvar com dois exemplos de excelência nos resultados obtidos.

A Associação Atlética de ao conquistar, o Campeonato Nacional de Andebol Masculino, no escalão de Infantis, na época desportiva que agora termina, conseguiu, desta forma, um enorme feito no panorama desportivo Nacional.

My

~ ~ ~

O Grupo Desportivo e Cultural de Gueifães ao conquistar, o Campeonato Nacional de Voleibol Feminino, no escalão de juniores e o 2º lugar no Campeonato Nacional de Juvenis Femininos na época desportiva que agora termina, conseguiu, desta forma, um enorme feito no panorama desportivo Nacional.

Estas duas associações estão, por isso, de parabéns.

Certamente que estes resultados alcançados em escalões de formação são muito importantes de serem relevados. Não só pelo trabalho que os clubes têm desenvolvido, mas também o apoio que o município tem concretizado ao longo dos anos através de subsídios, cedência de infra-estruturas físicas para treinos e jogos, a, ainda, suporta as despesas dos atletas que também contribuíram para que estes êxitos fossem alcançados.

Todos reconhecem o trabalho mútuo entre clubes e município, passando pelos atletas, técnicos, dirigentes desportivos e pais, como de uma enorme importância no quotidiano do concelho.

Os resultados desportivos são como se diz na gíria popular: "A cereja em cima do bolo". Mostram a todos especialmente aos mais distraídos ou os que não querem ver e reconhecer, que a Maia tem um enorme leque de clubes e de colectividades que diariamente muito trabalham para que muitos jovens possam praticar o desporto de que tanto gostam.

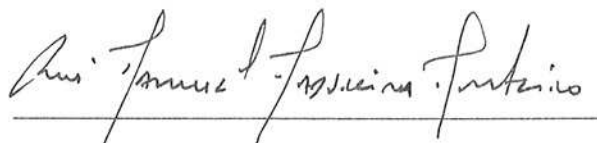
É assim que vamos concretizando e tornando verdadeira e real a denominação "Maia - Capital do Desporto". Não, porque queremos que assim seja, mas porque os números e os factos são disso uma prova cabal e indesmentível.

✓ 9 A

Desta forma, senhor Presidente, o Grupo Parlamentar do PSD na Assembleia Municipal, não só felicita a Câmara Municipal pela estratégia seguida neste domínio, como também apresenta os votos de louvor aos clubes, atletas, pais e dirigentes, pelos feitos alcançados.

Na "Maia – Capital do Desporto", o desporto é para todos.

Muito obrigado.



(Rui Manuel Madureira Monteiro)

Maia, 30 de Junho de 2010



Doc. 7

Recebido
Câmara Municipal
do Município de P.S.
20/6/10

VOTO DE LOUVOR

Ao conquistar, O CAMPEONATO NACIONAL DE VOLEIBOL FEMININO NO ESCALÃO DE JUNIORES e o 2º lugar no CAMPEONATO NACIONAL DE JUVENIS FEMININOS na época desportiva que agora termina, o GRUPO DESPORTIVO E CULTURAL DE GUEIFÃES conseguiu, desta forma, um enorme feito no panorama desportivo Nacional.

Com este resultado, o clube ajudou a projectar, ainda mais, o nome da Maia a nível Nacional, justificando por isso, o nome de “Maia-Capital do Desporto”, granjeando o respeito e admiração de todos os Portugueses em geral e dos Maiatos em particular.

Atenta a esta realidade, a Assembleia Municipal da Maia na sua 3ª Sessão Ordinária realizada a 30 de Junho de 2010, apresenta ao GRUPO DESPORTIVO E CULTURAL DE GUEIFÃES um VOTO DE LOUVOR extensivo a todos quantos ajudaram a alcançar tais feitos desportivos, ATLETAS, TÉCNICOS, PAIS E DIRIGENTES, que muito honra e enche de orgulho a nossa Terra e as nossas Gentes.

Maia, Paços de Concelho, 30 de Junho de 2010

O Grupo Parlamentar do PPD-PSD

Nota: Solicito que seja enviado aos atletas, técnicos e dirigentes este voto de louvor



✓
M

Doc. 8
8.º ponto do
Cortei e sistema
S.º do vitória
S.º - R.S.
30/6/10

VOTO DE LOUVOR

Ao conquistar, O CAMPEONATO NACIONAL DE ANDEBOL MASCULINO NO ESCALÃO DE INFANTIS na época desportiva que agora termina, a ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA DE ÁGUAS SANTAS conseguiu, desta forma, um enorme feito no panorama desportivo Nacional.

Com este resultado, o clube ajudou a projectar, ainda mais, o nome da Maia a nível Nacional, justificando por isso, o nome de "Maia-Capital do Desporto", granjeando o respeito e admiração de todos os Portugueses em geral e dos Maiatos em particular.

Atenta a esta realidade, a Assembleia Municipal da Maia na sua 3ª Sessão Ordinária realizada a 30 de Junho de 2010, apresenta à ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA DE ÁGUAS SANTAS um VOTO DE LOUVOR extensivo a todos quantos ajudaram a alcançar tais feitos desportivos, ATLETAS, TÉCNICOS, PAIS E DIRIGENTES, que muito honra e enche de orgulho a nossa Terra e as nossas Gentes.

Maia, Paços de Concelho, 30 de Junho de 2010

O Grupo Parlamentar do PPD-PSD

António Francisco Figueiredo

Nota: Solicito que seja enviado aos atletas, técnicos e dirigentes este voto de louvor



3.ª Sessão Ordinária de 30/06/2010 - Período de Antes da Ordem do Dia

Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Senhores Deputados

Senhor Presidente da Câmara Municipal

Considerando o Partido Socialista a importância que as Juntas de Freguesia têm na execução de uma política de proximidade com as populações, e tendo em conta que os orçamentos destes órgãos autárquicos são exíguos e que os seus planos de actividade são desenvolvidos, quase milimetricamente, tendo em conta as negociações prévias que executam com a Câmara Municipal, no que a ajudas e transferências diz respeito, vimos aqui mostrar a nossa preocupação com a forma como o Executivo está a conduzir, junto das Juntas de Freguesia, o processo de adopção de medidas tendentes à redução de despesas.

Justificando, o Executivo, a necessidade de uma redução de despesas para fazer face à crise económica e financeira que afecta Portugal e a Europa, com as respectivas consequências para os municípios, foram informadas as Juntas de Freguesia que os subsídios requeridos estão a ser alvo de reapreciação tendo em vista a concretização de um programa de prioridades, ainda a definir pelo Executivo.

O Partido Socialista quer aqui deixar claro que reconhece a necessidade da existência de um controlo financeiro sério, tendo mesmo a este propósito apresentado, na última sessão ordinária desta Assembleia, um desafio ao Executivo, para implementar um programa generalizado de combate a gastos supérfluos, pois a condição económica da Câmara Municipal a isso o exige.

Mais do que enviar para as Juntas de Freguesia uma informação a dar conta da reapreciação de subsídios requeridos, sem apontar qualquer estudo prévio, sem apresentar linhas de orientação definidas e sem qualquer critério subjacente, deve a Câmara Municipal fazer uma profunda reavaliação das suas próprias despesas.

Rever o plano das actividades de promoção, nomeadamente aquelas que pouco ou nenhum valor acrescentado trazem para a autarquia, não servindo mais do que interesses promocionais desta Câmara Municipal e criar instrumentos que promovam a transparência na



[Handwritten signature]

atribuição de subsídios a entidades sem fins lucrativos e que avalie as mais-valias dessas atribuições, parecem-nos serem prioridades que este executivo deve seguir antes de anunciar cortes às Juntas de Freguesia.

Mas há mais que pode e deve ser feito antes de anunciar, sem qualquer critério, possíveis cortes às Juntas de Freguesia. A optimização dos recursos é outra área que deve ser avaliada por este executivo. A utilização das competências técnicas existentes nos quadros da autarquia deve ser prioridade face à contratação de serviços externos. E neste contexto, o Partido Socialista recomenda à CMM que todas as contratações de serviços externos sejam acompanhados de uma justificação clara da inexistência de recursos internos capazes de desenvolver esses mesmos serviços, bem como sejam imputados claramente quais os projectos e/ou actividades municipais que justificam a contratação desses serviços externos.

Deixamos aqui 3 exemplos claros, que o Partido Socialista já aqui referiu aquando da análise da prestação de contas do município e que são em nosso entender áreas prioritárias no que à redução de despesas diz respeito. Se o executivo olhar de forma séria para estas matérias encontrará, com certeza, áreas de poupança que lhe permita continuar a assumir com as Juntas de Freguesia compromissos com vista à melhoria da qualidade de vida, encontrando, quem sabe, projectos que permitam alguma criatividade e inovação que tanto têm faltado a este executivo.

Assim, entende o Partido Socialista não ser uma boa prática de gestão lançar incertezas sobre o futuro do dia-a-dia das Juntas de Freguesia, sem nenhuma explicação ou linha orientadora de execução que permita entender tais opções. Nesse sentido, o Partido Socialista questiona o Executivo, pretendo obter as respectivas respostas nesta Assembleia, sobre os critérios do suposto programa de prioridades e quais os impactos reais que o mesmo poderá ter para as Juntas de Freguesia.

Num momento de crise, crise essa com repercussões claras ao nível social, parece-nos discutível esta política de redução da capacidade de execução das Juntas de Freguesia, entidades estas que são o primeiro patamar de proximidade das populações e dos seus problemas, nomeadamente os sociais.

Maia, 30 de Junho de 2010

Marco Martins

[Handwritten signature of Marco Martins]

COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA

Voto de Pesar

Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia Municipal,

Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal,

Caríssimos Srs. Deputados,

Estimados membros do público:

A morte de José Saramago foi um acontecimento que enlutou Portugal. O único prémio Nobel da Literatura de língua portuguesa, Saramago foi por mote próprio embaixador de Portugal e da nossa língua um pouco por todo o mundo, tendo adquirido um papel mundial, porventura único no panorama literário nacional.

O romancista José Saramago – e também o tradutor, o poeta, o cronista, o ensaísta e o jornalista – deixou uma marca indelével na cultura portuguesa. A linha narrativa de Saramago, a marcada oralidade da sua escrita, a exaltação da história pelos seus fatores essenciais e a sua devolução ao povo, fazem de José Saramago autor de uma obra literária notável, uma figura da nossa História, que merece o nosso singelo reconhecimento.

Ressalta igualmente a figura do democrata, lutador pelos ideais da democracia e da liberdade, participante activo na candidatura presidencial do General Norton de Matos, em 1948, e militante comunista desde 1969, assumindo então como agora o seu lugar junto dos explorados, dos oprimidos e dos humilhados, num compromisso que manteve aceso até ao final da sua vida.

DOC. 10

8.1.1976
2. carta do PS
e 9.1.1976
PS

30/6/10

A Assembleia Municipal da Maia, reunida a 30 de Junho de 2010, manifesta o seu pesar pelo desaparecimento de José Saramago, manifestando as suas condolências aos familiares enlutados.

Morreu o homem, mas fica para a posteridade o seu exemplo e a sua obra.

Maia, 30 de Junho de 2010

O Deputado da CDU

Dr. Luís Carlos Vaz

COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA

Proposta de Moção

Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia Municipal,

Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal,

Caríssimos Srs. Deputados,

Estimados membros do público:

A crise que se vive em Portugal, na Europa e no Mundo, é o resultado da crescente financeirização da economia, da protecção da especulação que afecta as economias mais vulneráveis, procurando impor-lhes, com o apoio dos respectivos governos, inaceitáveis condições de regressão social, de declínio económico e de perda da soberania, visando garantir uma cada vez maior concentração da riqueza.

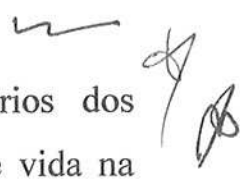
Desobrigar o Estado das suas funções sociais e dismantelar as redes de serviços que as concretizam, oferecer novas oportunidades de negócios aos grandes grupos económicos, reduzir o serviço público às chamadas funções de soberania, instrumentalizar e amordaçar a Administração Pública, subordinar e limitar a autonomia das autarquias são objectivos aqui e além declarados, mas nunca proclamados, que têm vindo a ser seguidos e que agora se pretende intensificar.

- Encerram centros de saúde, urgências e hospitais concelhios, encerram escolas, como agora as 900 anunciadas a somar às 2500 já encerradas, sempre em nome da eficácia, da eficiência e da qualidade, e abrem negócios alternativos ou complementares numa lógica de “fecha público, abre privado”.
- Força-se a entrada de capitais e a gestão privada de águas, esgotos e lixos com o pretexto da qualidade, disparando os preços e degradando-se os serviços.

No seguimento das medidas gravosas contidas no Orçamento de Estado para 2010 e no PEC 2010/2013, o governo e o PSD entenderam-se para aprovar medidas adicionais ainda mais gravosas.

São medidas que penalizam os mesmos de sempre:

Doc. 11
2.º
informação
17 de fev
PS.
30/6/10

- 
- o imposto adicional sobre o IRS, verdadeiro roubo aos salários dos trabalhadores e às reformas, agravado com o aumento do custo de vida na sequência do aumento das taxas de IVA;
 - o ataque ao subsídio de desemprego, que desprotege ainda mais os desempregados e pressiona a baixa geral dos salários;
 - a diminuição das comparticipações dos medicamentos, que afecta particularmente os reformados com baixas reformas;
 - o corte no investimento público, que irá penalizar o desenvolvimento nacional, agravando ainda mais o desemprego e a recessão económica;
 - o ataque ao consumo interno, que penalizará ainda mais as micro, pequenas e médias empresas;
 - as privatizações anunciadas, que alienarão serviços públicos e alavancas fundamentais da nossa economia, ao mesmo tempo que se perdem recursos financeiros essenciais para o país.

1. Considerando que no quadro destas medidas o governo desenvolve um novo passo no ataque à autonomia financeira e administrativa das autarquias, impondo novos cortes na sua participação nas receitas e regras na política de pessoal que violam a autonomia do Poder Local e comprometem o exercício das suas competências;
2. Considerando que com as medidas agora propostas, o Estado aumenta a sua receita e reduz a sua despesa, enquanto a Administração Local vê diminuir as suas duas principais fontes de receita e aumentarem os seus pagamentos ao Estado, sem que haja proporcionalidade ou solidariedade recíproca;
3. Considerando que os cortes das receitas municipais (que pesam apenas 1,6% no OE) e o acréscimo de despesa das autarquias a benefício do Estado Central são o caminho que vem sendo seguido para a total asfixia das economias locais, particularmente nas regiões do país com maiores carências;
4. Considerando que a descapitalização acelerada dos municípios e freguesias, terá reflexos desastrosos, a médio e longo prazo, na capacidade de conservação

das infraestruturas e equipamentos públicos essenciais;

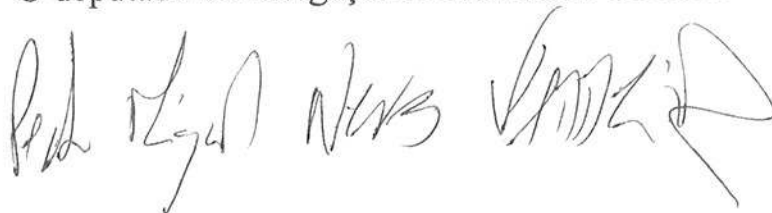
5. Considerando que o Poder Local está, acima de tudo, solidário com as populações em mais este momento difícil, em que são anunciados ainda mais cortes nos orçamentos familiares, porque delas emerge directamente e lhe cabe representá-las e defender os seus interesses;

A Assembleia Municipal da Maia reunida em 30/06/10 decide:

- Manifestar o mais vivo repúdio por estas medidas que impedem as autarquias de levar por diante uma política de defesa dos interesses das populações que representam.
- Desenvolver uma linha de informação e esclarecimento às populações das consequências destas medidas, identificando os seus responsáveis.
- Desenvolver o conjunto de outras acções e iniciativas que possam dar expressão ao protesto das autarquias e das populações.
- Manifestar a solidariedade com os trabalhadores e populações atingidos nos seus direitos, no emprego, nos salários, nos serviços públicos e direitos sociais.

Maia, 30 de Junho de 2010

O deputado da Coligação Democrática Unitária





GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA



[Handwritten signature]

3-0

Doc. 12
afroude
in unanidade
30/6/10

O Grupo do Partido Socialista apresenta, para deliberação da Assembleia Municipal da Maia, a seguinte PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO:

Considerando:

1. O défice demográfico como um dos problema mais sérios que a sociedade portuguesa enfrenta, bem visível no facto de o índice sintético de fecundidade ter descido, entre 1960 e 2008, de 3.20 para 1.37, não sendo o país capaz de assegurar os níveis de reposição demográfica desde o ano de 1982.
2. Os fortes problemas económicos e sociais que resultarão da persistência desta tendência demográfica, com impactos futuros graves no tecido produtivo e na sustentabilidade das políticas sociais.
3. A importância, internacionalmente reconhecida, de políticas públicas de apoio à família e à parentalidade, para que se possam concretizar os desejos de ter mais filhos, também manifestados por muitas famílias portuguesas, como bem revelam os Inquéritos à Família e Fecundidade, promovidos pelo Instituto Nacional de Estatística.
4. A necessidade de se reforçar o esforço articulado do poder central e do poder autárquico na concretização de medidas que apoiem as famílias numerosas (com três ou mais filhos), contribuindo para minimizar os encargos que decorrem de uma opção que, sendo familiar, apresenta um valor económico e social indiscutível.
5. A injustiça evidente que decorre do actual sistema de tarifário doméstico de água ao domicílio que pretendendo reduzir o consumo de água, com louváveis preocupações ambientais, acaba por castigar indevidamente as famílias numerosas.
6. A existência de autarquias, designadamente as de Lisboa e de Coimbra, que tomaram já medidas que procuram criar uma situação mais justa no tarifário doméstico da água, permitindo que, sem pôr em risco as preocupações ambientais, se coloquem as famílias numerosas em situação mais próxima da das restantes famílias dos seus concelhos.

A Assembleia Municipal da Maia, reunida em sessão ordinária no dia 30 de Junho de 2010, delibera aprovar a seguinte Recomendação à Câmara Municipal da Maia:

1. A Câmara Municipal da Maia deverá encetar os estudos técnicos necessários para que se possa, a curto prazo, tomar as decisões políticas necessárias para a adopção de um tarifário doméstico da água que, sem prejudicar os esforços louváveis de redução dos consumos excessivos de água, não penalize indevidamente as famílias numerosas.
2. A Câmara Municipal da Maia deverá, igualmente, alargar os benefícios na prestação dos seus serviços às famílias numerosas (estabelecimento de bilhetes de família e de outros tipos de descontos), criar novos incentivos no apoio à educação e à habitação e ensaiar medidas efectivas de apoio domiciliário às famílias numerosas.

Maia, 30 de Junho de 2010

Ó GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA

[Handwritten signature]
(Luís Rothes)

Doc. 13

fontes documento
do município - ver
e se tem resposta -
da. 20/6/10

INSCRIÇÃO PARA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Exm.º Senhor:

Presidente da Assembleia Municipal

MAIA

Nome João Cougo Lopes

Morada RUA A Nº 33

Freguesia VILA NOVA DA TELHA

Código Postal

4	4	7	0
---	---	---	---

 -

7	1	9
---	---	---

MAIA

Vem, muito respeitosamente, solicitar a V. Ex^a., que atento ao disposto no nº 3, do artigo nº 40.º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia, lhe seja concedido um período de tempo para pedir os seguintes esclarecimentos:

Descrição do assunto:

ACESSIBILIDADES E BARREIRAS ARQUITECTÓNICAS +
MARCO DO PORTO.

Maia, 30/6/2010

(Assinatura)



Obs.: A intervenção do público fica sujeita às regras estabelecidas no artigo 48º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia.

Exmo Sr. Presidente, era bom a os responsáveis da Câmara tivessem a noção do numero de deficientes existentes na Maia, mas não tem.

Dou o exemplo de Vila Nova da Telha, hoje pela segunda vez em colaboração com a Dr^a Milena da área social da Câmara Municipal da Maia andei a fazer um levantamento para se saber quantos deficientes existem em V. N. da Telha, porque os dados que a Câmara tem são 7 deficientes, era bom que só fossem 7, mas a realidade é bem diferente, os dados que tenho só na parte nova são 22 deficientes, não contabilizando os lares de 3^a idade nem a parte velha da Freguesia.

O que se pede é que a Câmara dê a devida importância á causa dos deficientes não só em Vila Nova mas em toda a Maia

Exmo. Sr. Presidente.

V. Exa. faz parte da Metro do Porto e por isso questiono V. Exa.

João Couto Lopes
Eleitor nº 5860 - Vila Nova da Telha

Asssembleia Municipal da Maia
Junta de Freguesia de Vila Nova da Telha

30 de Junho de 2010

Os meus cumprimentos ao Sr. Presidente da mesa de Assembleia e restantes elementos, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal da Maia, aos Senhores Deputados e a todos os presentes nesta Assembleia.

Exmo. Sr. Presidente, na anterior Assembleia questioneei V. Exa. Para o facto de junto ao Centro Comercial VIVACI em Moreira existir passeios do lado Nascente com cerca de 3 metros de largura e que no meio dos mesmos foram colocados reclames que limitam o mesmo de um lado a cerca 0,60 cm. e de outro a 1.00 metro.

A pergunta é, se alguma diligencia já foi tomada para que seja retirados do meio do passeio, não só esses obstáculos como todos existentes na Maia?.

Sr. Presidente, tendo eu em tempos colocado a questão sobre a largura dos passeios nas imediações do C. Comercial VIVACI recebi resposta da parte de Sua Exa. O Sr Vice-Presidente Eng. Silva Tiago, de que já tinha a Câmara feito o convite ao responsáveis da gasoleira para que fossem feitas as adaptações de acessibilidade nas suas instalações,

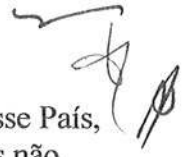
Recordo V. Exa. Que a Nacional 13 é uma Via Principal, como tal nas Vias Principais a largura mínima dos passeios é de 1,50 metros, o que verifico é que os passeios nesta área são em alguns casos de 0,70 cm.

Pior ainda é que em frente há gasoleira não existe passeio, as pessoas circulam a par dos carros. (Ver fotos)

Sr. Presidente, caso a SCUT na A28 sejam implantadas (espero que não) o tráfego automóvel na Nacional 13 vai ficar mais intenso, aumentando o perigo para quem tem de passar a pé, ou de cadeira de rodas naquela via, dai o meu apelo para que seja feito naquele local um passeio e passadeiras para peões.

A Câmara da Maia não pode ficar alheia das suas responsabilidades, até pelo que na altura da construção da obra, apurei junto de quem executava os trabalhos de que a obra era da responsabilidade da Câmara Municipal da Maia

Sr. Presidente, os deficientes na Maia e noutras Cidades pagam o estacionamento de suas viaturas como qualquer automobilista, mesmo se sabendo que os deficientes motor não chegam às máquinas de pagamento.



Sugiro um exemplo de vem servir, fui uma semana par o Parlamento Europeu (Bruxelas) nesse País, não sei se foi por as maquinas de pagamento serem altas e os deficientes em cadeira de rodas não chegarem ás mesmas, provavelmente terá sido pela sensibilidade e humanismo dos responsáveis desse País em isentarem os deficientes motor desse pagamento.

Nós portugueses temos o habito de copiar o que se faz lá fora no estrangeiro, então aproveitemos o que de bom vamos vendo no que respeita a barreiras arquitectónicas, as maquinas de pagamento estão na extremidade dos passeios, assim deixando os passeios livres para aquilo que são destinados, a peões.

Na Cidade da Maia e outras, as maquinas são colocadas no meio dos passeios, contrariando a Lei das Acessibilidades

Faço um apelo para que a Câmara reveja esta situação, **isente** os deficientes motor do pagamento de estacionamento onde existam maquinas em que os deficientes motor não conseguem aceder, retirem todos os obstáculos dos passeios.

V. Exas. Andam de carro, mas pensem nas pessoas mais velhas que tem dificuldade de descer o passeio e voltar a subi-lo, pensem nos deficientes em cadeira de rodas e nos invisuais.

Por ultimo.

Pergunto a V, Exa. para quando a entrada em funcionamento da Comissão Municipal do Cidadão com Deficiência.

Sem mais, os meus respeitosos cumprimentos.

João Couto Lopes

Handwritten marks and signatures at the top right of the page.



Handwritten marks and signatures at the top right of the page.



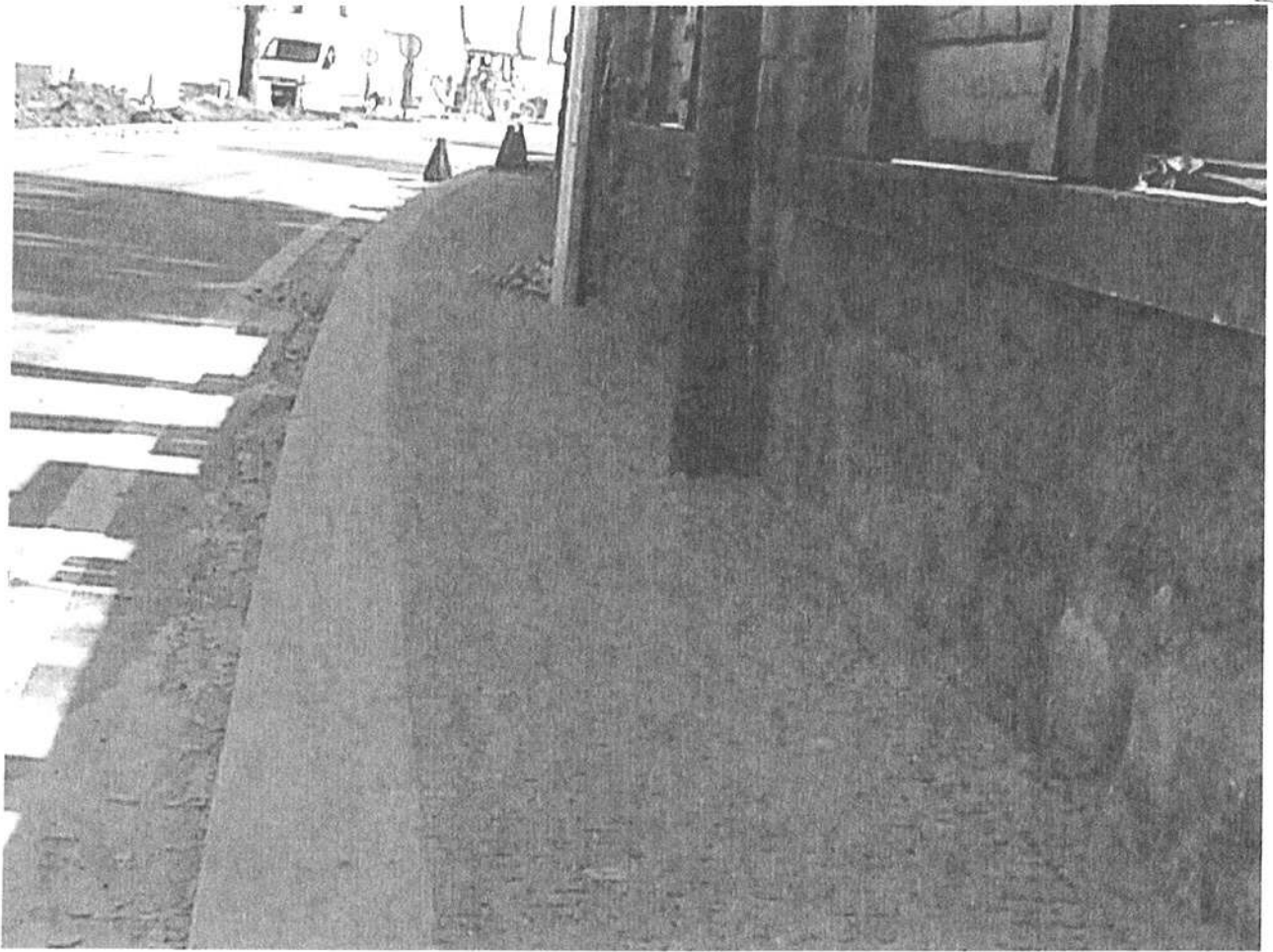
Handwritten notes: a squiggle, a triangle, and the letters "AB".

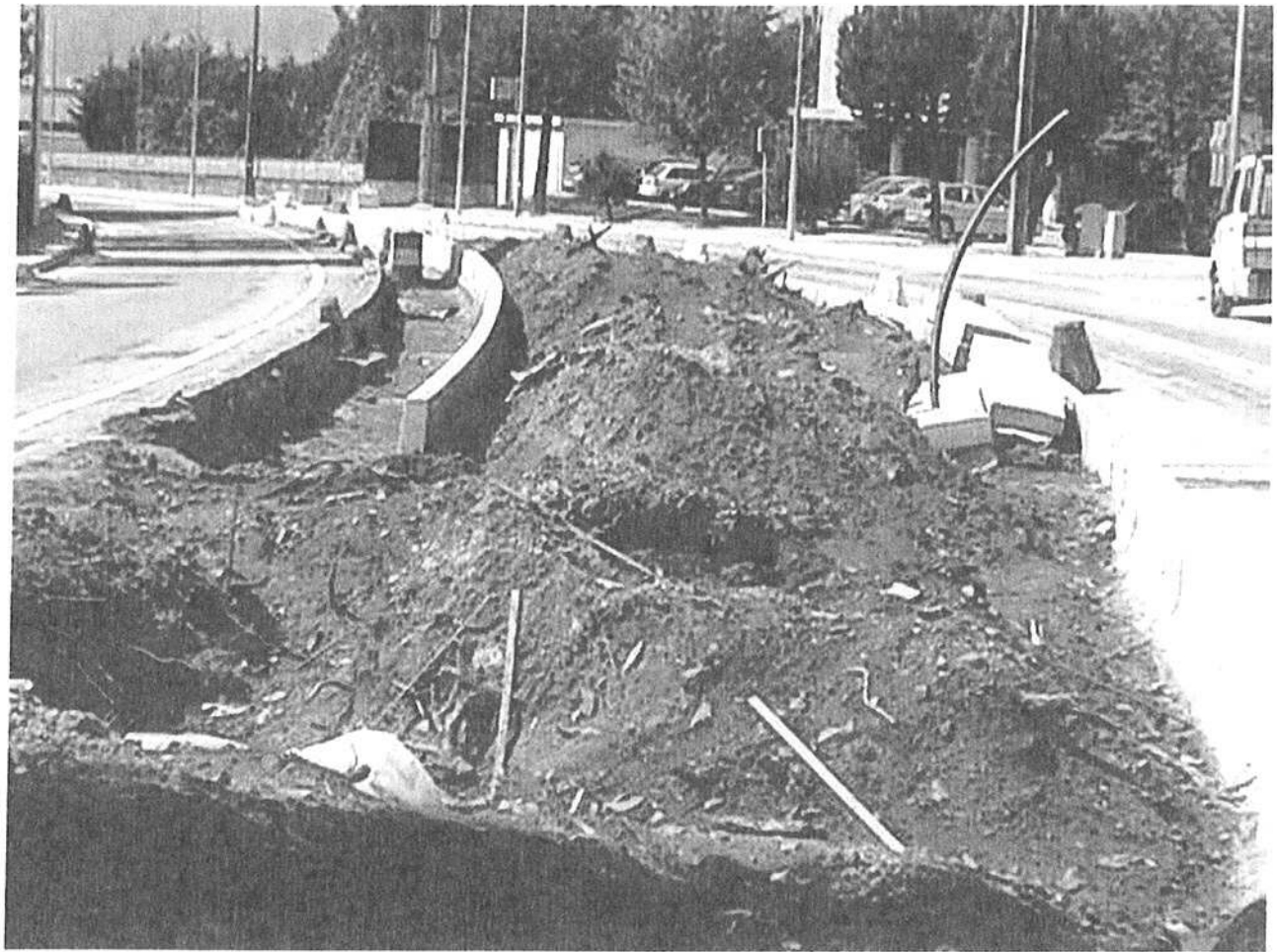


Handwritten notes in the top right corner, including a checkmark and some illegible scribbles.



W J. J. P.





Handwritten notes and signatures in the top right corner, including a checkmark, a signature, and the letters "AB".

Just

W
JP



200.14

INSCRIÇÃO PARA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

apio a
cidade de V. N. Telha
frequência de J. N. Telha.
disponibilização para ajudar.
30/6/10

Exm.º Senhor:

Presidente da Assembleia Municipal

MAIA

Nome

Morada

Freguesia

Código Postal

--	--	--	--	--	--

Vem, muito respeitosamente, solicitar a V. Ex^a., que atento ao disposto no nº 3, do artigo nº 40.º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia, lhe seja concedido um período de tempo para pedir os seguintes esclarecimentos:

Descrição do assunto:

felicitando pela realização descentralizada
da Assembleia Municipal e importância
desse facto para a freguesia.

Maia, 30/6/2010

(Assinatura)

Obs.: A intervenção do público fica sujeita às regras estabelecidas no artigo 48º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia.

INSCRIÇÃO PARA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Presidente da Assembleia Municipal

MAIA

Nome

Morada

Freguesia

Código Postal

Vem, muito respeitosamente, solicitar a V. Ex^a., que atento ao disposto no nº 3, do artigo nº 40.º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia, lhe seja concedido um período de tempo para pedir os seguintes esclarecimentos:

Descrição do assunto:

Maia, 301 6 / 201 0

(Assinatura)

Obs.: A intervenção do público fica sujeita às regras estabelecidas no artigo 48º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia.

Doc. 16

INSCRIÇÃO PARA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

*Deve-se enviar
a Câmara por via
H. H. esclarecimento
devido, por remeter
ao Município.
30/6/10*

Exm.º Senhor:

Presidente da Assembleia Municipal

MAIA

Nome CAMLO JOSÉ DE CAMARHO PAOMÃO

Morada RUA ERNESTO SANTOS RIBEIRO, 145

Freguesia MAIA

Código Postal

4	4	7	0
---	---	---	---

 -

1	7	6
---	---	---

MAIA

Vem, muito respeitosamente, solicitar a V. Ex^a., que atento ao disposto no nº 3, do artigo nº 40.º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia, lhe seja concedido um período de tempo para pedir os seguintes esclarecimentos:

Descrição do assunto:

SAÚDE

Maia, 30 / 06 / 2010

(Assinatura)

Carlos José Camarho

Obs.: A intervenção do público fica sujeita às regras estabelecidas no artigo 48º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia.



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente

*Presidência.
Pamela Oliveira
de Junho/10
16/6/10*

Doc. 17

Ex.mo Senhor

Presidente da Assembleia Municipal da Maia

Paços do Concelho

MAIA

Assembleia Municipal da
Maia

Entrada nº 91

Em 16/06/2010

Ofício nº 12.955

ASSUNTO: INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA
ACTIVIDADE MUNICIPAL.

Ex.mo Senhor Presidente,

Nos termos da Lei, levo ao conhecimento de V. Ex.a e através de V. Ex.a à Ex.ma Assembleia Municipal, a presente Informação.

Este documento que aqui apresento é elaborado a propósito e na circunstância da realização da 3ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, do ano de 2010.

Passarei a referir-me a alguns acontecimentos, actividades e acções que tiveram lugar desde o último documento similar a este que fiz presente à Assembleia Municipal, fazendo-o de uma forma sucinta.



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente

BM

—

7

A

1- Apesar de tudo, e da forte crise que está instalada na economia do País, o Município vai conseguindo atrair novas empresas e actividades económicas, como é o caso da “Accenture” que instalou na Zona Industrial Maia I o designado “Centro de Conferência de Facturas” para o seu Cliente “Serviço Nacional de Saúde”.

Esta estrutura, actualmente com 180 colaboradores e que chegará aos 300, passa a centralizar no nosso Concelho todo o trabalho que estava disperso a nível nacional por 18 centros, dedicando-se, ao momento, à conferência das facturas de medicamentos remetidas pela Farmácias e posteriormente aos débitos de meios auxiliares de diagnóstico, terapêutica e outras prestações complementares.

A cerimónia foi presidida pela Sra Ministra da Saúde que salientou a elevada qualidade das instalações e o altíssimo patamar em que está colocada a desmaterialização documental levando a que, após uma fase inicial de digitalização dos documentos, tudo o resto seja realizado através de procedimentos via electrónica.

Nas proximidades deste edifício encontra-se em fase bastante avançada de construção o “ Centro Operacional de Correios do Norte” que os CTT estão a levar a efeito.



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente

BH
w
d
A

2- A nosso convite, recebemos a visita do Sr. Secretário de Estado Adjunto e da Saúde a quem apresentámos a nossa vontade e total disponibilidade para ceder à ARS do Norte uma propriedade em S. Pedro Fins para aí vir a ser instalada uma Unidade de Saúde Familiar que possa vir a servir condignamente toda a população da zona leste do Concelho. Esta USF, ou uma Extensão de Saúde, constituiria como que o fechar do ciclo das instalações dedicadas aos Cuidados de Saúde Primários na Maia, num processo em que a Câmara Municipal teve o decisivo papel bem reconhecido e elogiado pelo Sr. Secretário de Estado.

Também nesta área da Saúde recebemos a visita da respectiva Comissão Parlamentar da Assembleia da República, que incluiu uma USF da Maia na acção que levou a efeito na zona do Grande Porto com vista a se inteirarem das condições e da actual situação de desenvolvimento dessas Unidades.

3- Gostaria de salientar a realização de um conjunto de eventos de elevada qualidade e de créditos já muito bem firmados junto dos nossos Munícipes (e na AMP) que levámos a efeito no decurso do mês de Maio. O "Festival de Música da Maia" decorreu em dez sessões, com grande sucesso de afluência, tendo este ano por palco o Auditório Municipal da Venepor. O "Festival Gastronómico da Maia" tem-se vindo a reinventar e a renovar, ano após ano, encontrando novos



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
4470-202 MAIA
Gabinete do Presidente

1344

Handwritten signature and initials

moldes, novas iniciativas, e chamando e agregando novas entidades parceiras, numa iniciativa de divulgação e de apoio às actividades económicas. A “Feira das Oportunidades” teve a participação de cerca de 80 entidades ligadas ao mercado do Trabalho nas várias vertentes da preparação dos Jovens e da sua empregabilidade, tendo decorrido em conjunto com a “Mostra Social da Maia” participada por cerca de 20 Instituições Maiatas que se inscreveram para mostrar e divulgar o trabalho social que tão proficuamente desenvolvem no nosso território.

4- A questão do Domus Iustitiae da Maia está sempre presente nas nossas preocupações diárias. Em termos de últimos desenvolvimentos, e porque continuamos a nos opor terminantemente a que os Serviços de Justiça sejam deslocalizados, apresentámos mais uma proposta com vista a obter soluções provisórias para diminuir a pressão a que os Serviços estão sujeitos em termos de espaço. Transcrevo parte do texto de comunicação via telefax, datado de 10 de Maio, para o Sr Secretário de Estado da Justiça acerca deste assunto:

Venho, uma vez mais, à presença de Vossa Excelência para reforçar a vontade e empenho do Município, em encontrar uma solução que privilegie a localização das futuras instalações do DOMUS IVSTITIAE DA MAIA no centro da cidade.



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente

[Handwritten signatures and initials]

*Assim e no seguimento do que havia já proposto no fax remetido a V. Exa. no pretérito dia 28 de Abril, sou a apresentar, formalmente, a nova proposta de cedência de imóvel, com 400 m², para **instalação provisória** dos Juízos de Execução, situado na Avenida D. Manuel II, nº 2070, 6º piso, junto ao edifício dos Paços do Concelho e das actuais instalações do Tribunal da Comarca da Maia.*

Esta proposta foi, já, apresentada a todos os Meritíssimos Juizes do Tribunal Judicial da Maia, ao Senhor Procurador da Republica, Dr. Carlos Teixeira e ao Presidente da Delegação da Maia da Ordem dos Advogados, Dr. Rui Silva, em sede de reunião, ocorrida no passado dia 3 de Maio, tendo a mesma, merecido a aprovação de todos, sempre dentro de uma óptica de provisoriedade, até que a construção de raiz, no centro da cidade, das novas instalações do Tribunal da Maia seja, de facto, uma realidade.

Certo de que a presente proposta irá merecer o melhor acolhimento de V. Ex.a, aproveito a oportunidade para reforçar a nossa inteira disponibilidade para a constituição de um grupo de trabalho, conforme ficou acordado na reunião do dia 3 de Fevereiro, que estude as quatro propostas de localização por nós apresentadas e, bem assim, para operacionalizar as soluções transitórias de instalação dos serviços, que melhor respondam aos interesses e necessidades dos profissionais da justiça.

5- Quanto à introdução de Portagens nas SCUT decidida pelo Governo, continuamos a reafirmar a nossa oposição. À Reunião de Câmara de 13 de Maio fiz presente uma Proposta com vista à autorização de nos associarmos com Valongo e os Municípios do Vale de Sousa, que passo a transcrever em parte:

O processo adoptado pelo Governo quanto à colocação de portagens na A-41 (IC24) e A-42 tem vindo, sistematicamente, a ter a oposição do Município numa unanimidade de posições em todos os seus Órgãos.



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente

[Handwritten signatures and initials]

Por isso não será necessário que teça mais considerações a este respeito. Todavia gostaria de partilhar com a Câmara Municipal o teor do Ofício que remeti ao Senhor Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações, no dia 7 de Maio, pelo qual expressámos, formalmente, uma vez mais, a nossa posição quanto a este assunto, documento este elaborado no seguimento de reunião que teve lugar na Secretaria de Estado a 4 de Maio. Em anexo apresento-o por fotocópia.

Por outro lado continuam as movimentações do grupo de Municípios atravessados pela A-41 e A-42 que em tempo, e por nossa acção, conseguimos reunir com vista a uma posição comum. Entretanto este grupo uniu-se em torno da "Associação de Municípios do Vale do Sousa" ao qual se juntam Valongo e a Maia.

Assim, venho solicitar à Câmara Municipal a competente autorização para acompanhar a "Associação de Municípios do Vale do Sousa" nas diligências e nas eventuais acções judiciais que venham a ser empreendidas ou interpostas com vista a defender os nossos interesses, enquanto Município, na questão das portagens na A-41. E, bem assim, solicitar a anuência da Câmara para os custos que venhamos a incorrer com a contratação de empresas ou serviços de consultadoria para os necessários estudos técnicos e eventualmente com a interposição de acções judiciais, custos que nos venham a caber no âmbito deste grupo alargado de Municípios.

Também do acima referido Ofício enviado ao Senhor Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações, no dia 7 de Maio, gostaria de o partilhar com a Assembleia Municipal, pelo que o transcrevo em parte:

Venho à presença de V. Ex.a no contexto da reunião do dia 4, na Secretaria de Estado, promovida por V. Exa, na qual tivemos a oportunidade de expressar o nosso sentir quanto às intenções do Governo em portajar a via em assunto.



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente

E para reafirmar a V. Ex.a a nossa total oposição a que isso venha a acontecer no território da Maia atravessado pela A-41. É que, e pela simples aplicação dos critérios definidos pelo Governo para a definição de vias a portajar, bastará lembrar que

na Maia não há Estrada Nacional alternativa ao percurso da A-41

pelo que nunca essa via poderia vir a ser equacionada por quem estudou o assunto.

E com isto não estamos a referir que a alternativa é melhor ou pior, que não é ajustada, que tem um percurso muito urbano ou que tem muito trânsito ou muitas rotundas. Não. Simplesmente, Senhor Secretário de Estado, não existe tal estrada nacional. Ou seja, está completamente fora do critério estabelecido.

Assim, como aparece esta questão ? Um mistério, diremos nós.

Andamos a dizer isto há muitíssimo tempo sendo que da parte do Ministério nunca ninguém nos quis receber para expressarmos o que tínhamos para dizer, de forma a se evitar a actual situação que nos é muito desagradável e que tudo fizemos para evitar.

Por outro lado, e da nossa constatação no terreno, verificamos que:

- na A-41, entre o nó com a A-28 e o nó de Alfena (EN 105), num total de 14,4 Km, 10,3 Km de via projectam-se portajadas (cerca de 75%);*
- na A-28, entre o nó de Sendim/A-4 e Viana do Castelo, num total de 63,3 Km, 21,5 Km serão portajados (cerca de 34%).*

Que diferença de critérios !



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente

[Handwritten signatures and initials]

No caso da A-28 percebe-se que nos troços que servem as cidades ou aglomerados populacionais mais significativos não existem portagens. Mas, e no caso da Maia, em que a A-41 atravessa mesmo a própria cidade e que, mais, tem até nós viários dentro da própria cidade ? Sinceramente, Senhor Secretário de Estado, e por muito que tentemos, não conseguimos perceber.

Assim, expressamos formalmente a V. Ex.a que somos absolutamente opositores a que a A-41 venha a ser portajada no seu percurso no Concelho da Maia.

Mais informo a Assembleia Municipal que, à data de 14 de Junho, e pelo referido grupo de Municípios, foi interposta uma Providência Cautelar contra as portagens na A-41 e A-42.

6- Internamente estamos a desenvolver um processo que tem em vista a adaptação e ajuste do nosso plano de actividades para o corrente ano aos constrangimentos oriundos da actual situação económica do País com o que isso tem vindo a implicar com as finanças municipais.

De facto, as receitas têm vindo a ter incrementos negativos a que se juntam o acréscimo das atribuições e competências que nos são delegadas pelo Governo sem que exista um competente envelope financeiro. Os reajustes que pretendemos implementar têm em vista garantir o necessário equilíbrio financeiro



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente

BA *~* *A* *A*

no cenário actual de cada vez maior agravamento das restrições ao nível do endividamento líquido municipal.

Em termos gerais pretendemos reforçar o trajecto e esforço na contenção da despesa corrente e de funcionamento sem que os grandes objectivos das despesas de investimento sejam afectadas como é o caso das relativas às apostas do Município na Educação e respectivas construções escolares, bem como na designada Acção Social.

A finalizar, informo que o saldo de tesouraria da Câmara Municipal, à presente data, cifra-se em Euros, repartido da seguinte forma:

a) Documentos –	1.568.229,82
b) Dotações orçamentais –	3.023.355,03
c) Dotações não orçamentais –	4.574.739,73



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente

✓
9
10

Sendo tudo o que, ao momento, me cumpre informar, manifesto-me ao inteiro dispor de V. Exa e da Exma Assembleia Municipal para prestar quaisquer outras informações mais especiosas que, eventualmente, entendam por necessárias e ou convenientes.

MAIA E PAÇOS DO CONCELHO, 15 DE JUNHO DE 2010,

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

(ENG. ANTÓNIO GONÇALVES BRAGANÇA FERNANDES)

COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA

Intervenção do ponto 3.2

✓
A
PB

Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia Municipal,

Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal,

Caríssimos Srs. Deputados,

Estimados membros do público:

Face à informação do Sr. Presidente da Câmara acerca da actividade municipal, a CDU tem duas questões a colocar a V. Exa., no sentido de clarificar as informações prestadas a esta assembleia.

Todavia, antes de as colocarmos, deixaremos uma pequena nota sobre uma questão de que o Sr. Presidente dá conta.

Acerca do Tribunal da Maia, saiba V. Exa. que poderá contar com todo o nosso apoio no que se refere à sua localização no centro da cidade, como é desejável para todos e, além do mais, perfeitamente óbvio para qualquer pessoa de bom senso. A pretendida deslocalização dos Serviços de Justiça é a prova cabal do que representa o centralismo governativo e da existência de decisores que ainda acham que Portugal é do tamanho dos seus próprios gabinetes em Lisboa.

A primeira pergunta que desejamos colocar, prende-se com a oferta feita pela Câmara Municipal ao Sr. Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, relativamente à cedência de uma propriedade em S. Pedro Fins para a instalação de uma Unidade de Saúde Familiar que possa servir a população do leste do nosso município. Que a Câmara Municipal tenha disponibilizado os seus meios no sentido da concretização de um projecto necessário para o concelho, só merece a aprovação da CDU. Todavia, o que nos preocupa efectivamente é a resposta dada pelo Sr. Secretário de Estado.

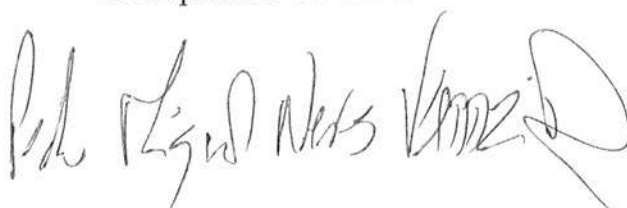
Há efectivamente vontade do governo em garantir aos maiatos do leste do município os cuidados de saúde garantidos pela Constituição da República Portuguesa? Para além dos elogios à Câmara Municipal, que V. Exa. refere, houve alguma garantia efectiva da parte do governo socialista nesse sentido?

A segunda pergunta que temos para colocar a V. Exa. prende-se com o ponto 6 da sua intervenção. Diz o Sr. Presidente que, tendo em conta os incrementos negativos das receitas, o acréscimo de competências delegadas pelo poder central e a não correspondência das mesmas em termos financeiros, pretende o executivo camarário “reforçar o trajecto e esforço na contenção de despesa e de funcionamento sem que os grandes objectivos das despesas de investimento sejam afectadas”, dando como exemplo as despesas de educação. Nós perguntamos: em termos concretos, em que incidirão os esforços de contenção por V. Exa. anunciados? As suas palavras, Sr. Presidente, são certamente equilibradas, diríamos até, ajustadas à realidade presente. Porém, é a política concreta que aqui se discute, os projectos que, por falta de liquidez, serão adiados, ficarão parados. Repetimos: em termos concretos, onde incidirão os esforços de contenção por V. Exa. anunciados?

Nos últimos tempos, as obras promovidas pela Câmara Municipal parecem cingir-se às necessidades do Sr. Belmiro de Azevedo. Falamos da rotunda defronte ao Centro Comercial das Guardieiras, da rotunda fronteira ao Centro Comercial de Requeixo, ou do parque de estacionamento ao pé das instalações da Sonae. Preocupa a CDU que as necessidades de todas as outras pessoas, essas mesmo que, de acordo com a parangona eleitoral do PSD, estavam em primeiro lugar, tenham que ficar para segundo plano.

Maia, 30 de Junho de 2010

O Deputado da CDU



COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA

Intervenção do ponto 3.3

Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia Municipal,

Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal,

Caríssimos Srs. Deputados,

Estimados membros do público:

Este ponto da ordem de trabalhos é de particular importância, não só para o nosso município, como para toda a Área Metropolitana e até para a região. O aeroporto do Porto é uma infra-estrutura de capital importância para o nosso desenvolvimento e um instrumento fundamental para a nossa afirmação regional no contexto europeu.

Não nos alongaremos nesta intervenção. O essencial de tudo isto é a necessidade urgente de uma resolução séria e célere para este problema, em nome do desenvolvimento local. Nesse sentido, estamos de acordo com o propósito do município em criar um gabinete de trabalho onde estejam representadas a ANA, a NAV e o INAC, para além da própria Câmara Municipal da Maia, para que se possam resolver definitivamente as questões relacionadas com as Servidões Aeronáuticas, de modo a permitir que o aeroporto labore no máximo das suas capacidades, maximizando assim também a sua rentabilidade e a sua capacidade de desenvolver a região e torná-la atractiva para novos investimentos.

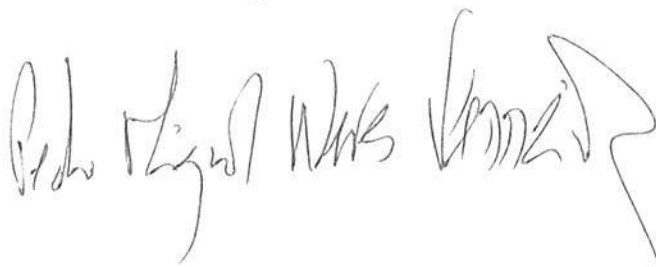
A CDU, sensível às necessidades locais, votará favoravelmente a Proposta de Recomendação aqui apresentada, ciente da importância de uma manifestação de força desta Assembleia, face à situação actual. Porém, não podemos deixar de criticar a inércia que durante anos moveu este município, a ANA e o INAC (sob esta ou a sua anterior denominação), que

permitiu em boa medida a actual situação. A acção destas várias instituições e organismos públicos é sintomática do desgoverno PS – PSD, com ou sem a muleta centrista, que nos vem gerindo há mais de 30 anos.

O Decreto Regulamentar 7/83 é desadequado e deve, portanto, ser revisto e reformulado tendo em conta a realidade concreta da área onde está situado o aeroporto. De resto, este não será um problema que afecte unicamente o aeroporto do Porto, qualquer pessoa que conheça Lisboa facilmente perceberá isso. Trata-se, portanto, de um problema que ultrapassa a nossa realidade local. Estaremos atentos ao desenrolar deste processo. Esperamos que uma solução seja encontrada com brevidade. Para o interesse de todos.

Maia, 30 de Junho de 2010

O deputado da CDU





Bloco de Esquerda
Assembleia Municipal da Maia

✓
A
B

Posição sobre a Servidão Aeronáutica do Aeroporto FSC

Como refere o texto em apreciação, a constituição de servidões aeronáuticas, implica sempre ónus, restrições e encargos sobre os territórios adjacentes. Contudo, haverá sempre que cuidar que tais restrições sejam suportáveis e não ultrapassem nunca o que o interesse público reclama.

O Decreto nº 13/2006 de 22 de Março, referindo-se ao Aeroporto Francisco Sá Carneiro diz, acertadamente, que este “constitui actualmente um dos principais factores de internacionalização e dinamização da região Norte, como plataforma de entrada e saída de passageiros e de carga aérea”, e lembra que está a decorrer o processo de elaboração, aprovação e implementação de um instrumento de gestão territorial especificamente aplicável ao Aeroporto de FSC, definindo por tal circunstância, medidas preventivas.

Estando prevista a alteração do Decreto Regulamentar nº 7/83, o BE concorda com a intervenção qualificada da Câmara Municipal nesses trabalhos de alteração e julga adequada a perspectiva de reordenar e qualificar urbanisticamente as zonas confinantes do Aeroporto.

Assim, concordamos com a proposta de Recomendação em discussão neste ponto da O.T.

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda

Silvestre Pereira

Francisco Amorim

